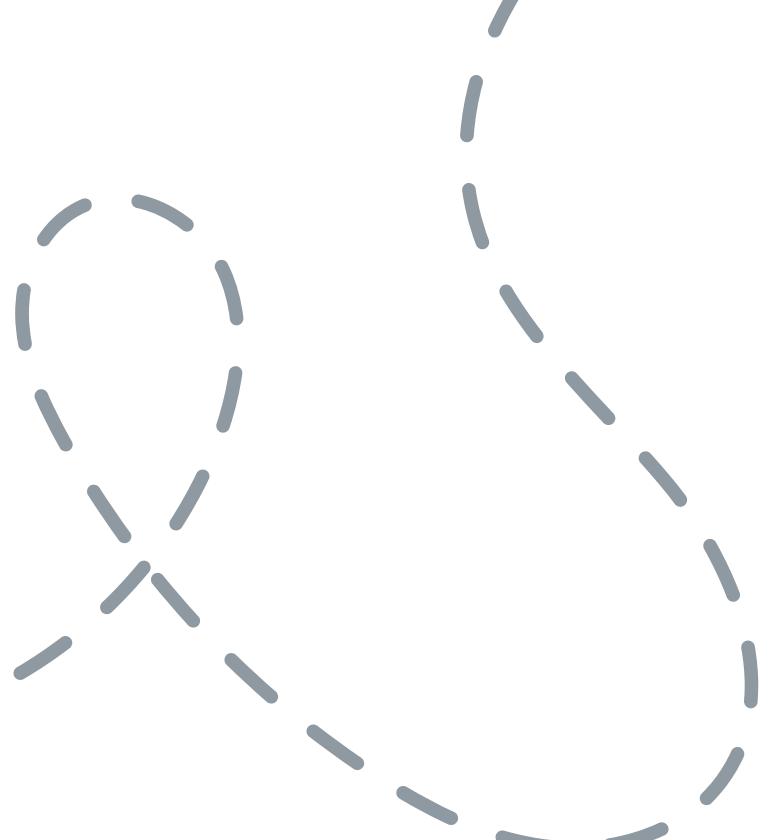




Manual de orientação para o
**atendimento
educacional
especializado**
na perspectiva da educação inclusiva



Sabrina Mirelly Alves Pereira
Francisco Kelsen de Oliveira



Sabrina Mirelly Alves Pereira
Francisco Kelsen de Oliveira

Manual de orientação para o atendimento educacional especializado na perspectiva da educação inclusiva



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P436 Pereira, Sabrina Mirelly Alves.

Manual de orientação para o atendimento educacional especializado na perspectiva da educação inclusiva / Sabrina Mirelly Alves Pereira. - Salgueiro, 2026.
99 f.

Produto Educacional (ProfEPT - Mestrado Profissional em Educação Profissional

e Tecnológica) -Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Campus Salgueiro, 2026.

Orientação: Prof. Dr. Francisco Kelsen de Oliveira.

1. Educação Profissional. 2. Educação Profissional e Tecnológica. 3. Educação

Profissional e Tecnológica. 4. Educação Profissional e Tecnológica. 5. Educação Profissional e Tecnológica. I. Título.

CDD 370.113

“Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza”.

Boaventura de Souza Santos

“Este material possui tradução em Libras”

Manual de orientação para o
**atendimento
educacional
especializado**
na perspectiva da educação inclusiva

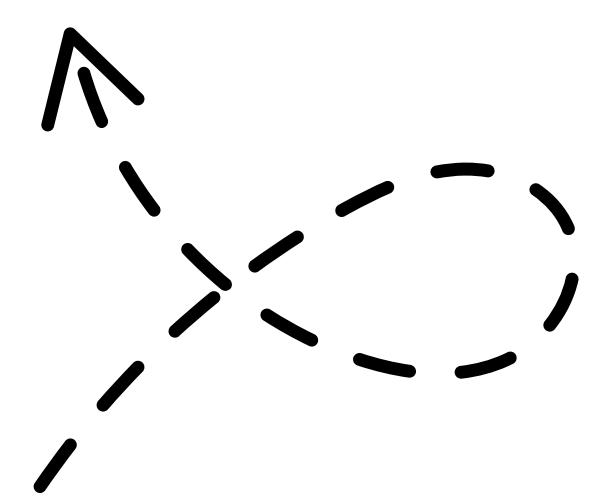


Acessível
em Libras



SUMÁRIO

Apresentação.....	07
Introdução.....	09
1. Educação Profissional e Tecnológica.....	11
2. Os paradigmas da Inclusão.....	16
3. Público-alvo da educação especial.....	21
4. O que é atendimento educacional especializado.....	26
5. Profissionais envolvidos no AEE.....	34
6. Espaços Formais de Aprendizagem na EPT.....	45
7. Sala de Recursos Multifuncionais.....	49
8. O Atendimento Educacional Especializado e às Intervenções Teóricas.....	55
9. Educação Terapêutica.....	63
10. Considerações Finais.....	71
11. Proposta Interventiva.....	73
11.1 Grupos Heterogêneos.....	73
11.2 Atividade Artística.....	77
11.3 Atividade de Escrita.....	80
12. Perguntas e Respostas.....	84
Referências.....	89
Glossário.....	95
Sobre os autores.....	96



APRESENTAÇÃO

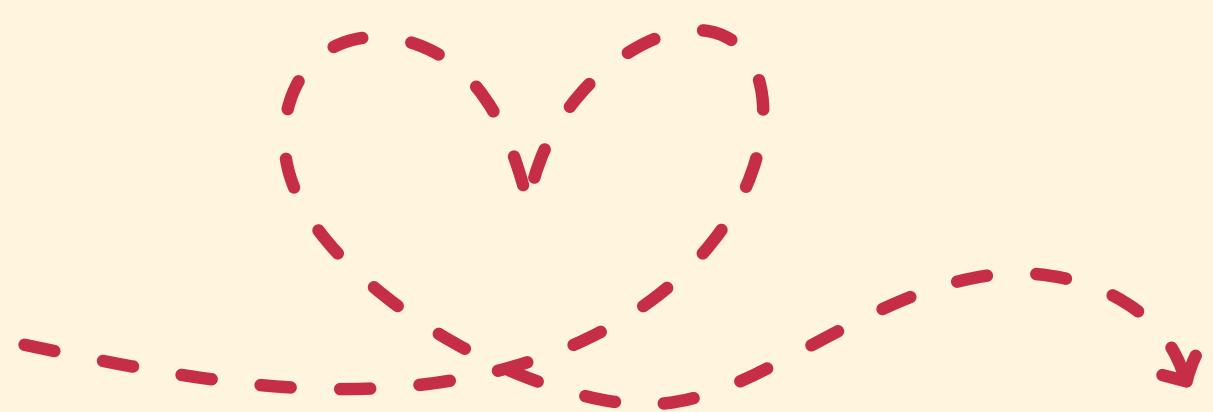
Caro Leitor,

O Produto Educacional “Manual de Orientação Para o Atendimento Educacional Especializado na Perspectiva da Educação Inclusiva”, foi desenvolvido a partir de uma pesquisa do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE), que procurou investigar formas de promover a inclusão e o uso efetivo da sala de recursos multifuncionais como um espaço formal de aprendizagem aos estudantes público-alvo da educação especial.

O referido manual, tem como objetivo orientar professores e profissionais do NAPNE e demais professores, sobre a gestão e planejamento das salas de recursos multifuncionais com sugestões de uso de recursos e propostas didáticos com base na Educação Terapêutica.

Este material busca contribuir para a promoção de uma educação profissional e tecnológica mais inclusiva, que conte com a multiplicidade do espaço educativo e propicie uma educação de qualidade, resultando na formação omnilateral de todos os estudantes.

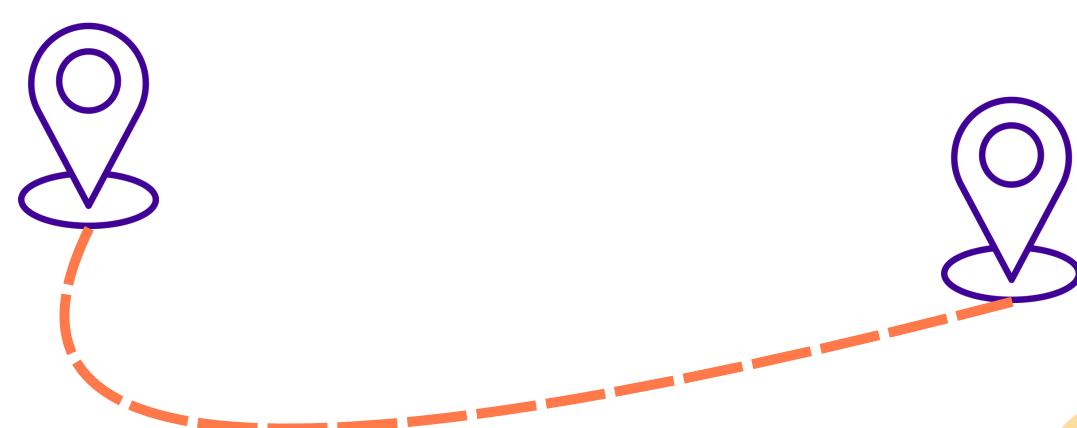
Boa leitura!



INTRODUÇÃO

O Manual de Orientação Para o Atendimento Educacional Especializado na Perspectiva da Educação Inclusiva apresenta informações e recomendações sobre a gestão e planejamento das salas de recursos multifuncionais com sugestões de uso de recursos e propostas didáticos com base na educação terapêutica.

Desse modo, admite-se que as informações do manual também contribuem com a formação integral e humana de todos os estudantes, por evidenciar o que pode ser melhorado para que todos tenham acesso ao currículo e a socialização do conhecimento por meio da instituição de ensino. Não reduzindo a sala de recursos multifuncionais, quanto espaço formal de aprendizagem, ao treinamento, com atividades fragmentadas e mecânicas que buscam superar a dificuldade do estudante de forma isolada, sem qualquer participação em espaços coletivos no âmbito educacional.



Tem como embasamento teórico: Gramsci (1982), Saviani (1989, 1991, 2007, 2019), Frigotto (2001) e Ciavatta (2005), que discutem a Educação Profissional e Tecnológica, e Mantoan (1998, 2006), Souza (2021), Kupfer (1995), Lajonquiere (1994), Mannoni (1986) que tratam da educação inclusiva, bem como da Educação Terapêutica.

Compõe-se por doze capítulos, sendo o primeiro responsável por apresentar a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) enquanto modalidade educacional de ensino, no segundo capítulo discute-se o paradigma da inclusão, seguido da apresentação do público-alvo da educação especial. No quarto capítulo, é abordado como funciona o atendimento educacional especializado (AEE), e no quinto capítulo quais os profissionais envolvidos nesse processo educativo. No sexto capítulo é feita uma descrição dos espaços formais de aprendizagem na EPT, seguido pela apresentação da sala de recursos multifuncionais. Em seu oitavo capítulo trabalha-se as principais intervenções pedagógicas e abordagens teóricas utilizadas no AEE, no nono capítulo é apresentado a educação terapêutica, no capítulo seguinte temos as considerações finais. É apresentado ainda propostas intervencionistas para o AEE intitulado de capítulo onze e encerra-se em seu último capítulo com perguntas mais frequentes relativas a temática da educação inclusiva e do AEE.

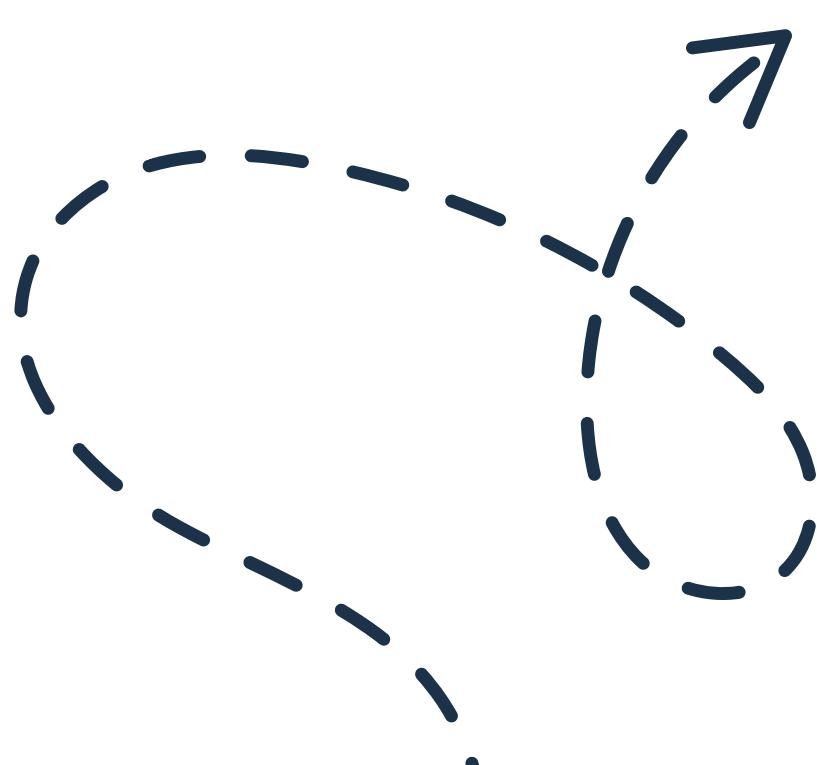
1. Educação Profissional e Tecnológica



A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é uma modalidade educacional que visa à formação integral do estudante e tem como foco principal a preparação deste para o mundo do trabalho e para a vida em sociedade. A EPT está presente no ensino médio e também no ensino superior.

Tem como função social garantir o pleno desenvolvimento das pessoas, o exercício da cidadania e a qualificação profissional. Prima por uma habilitação profissional de qualidade oferecida por meio de qualificações, cursos de níveis médio, superior e pós-graduação (Observatório, 2025).

Entre os seus princípios norteadores estão: a centralidade do trabalho, assumido como princípio educativo na perspectiva de sua integração com a ciência, a cultura e a tecnologia, a pesquisa como princípio pedagógico, presente no processo formativo voltado para um mundo permanentemente em transformação, a indissociabilidade entre educação e prática social, bem como entre saberes e fazeres e a articulação com o desenvolvimento socioeconômico e os arranjos produtivos locais, de modo a promover impacto social (Brasil, 2021).



No Brasil, as primeiras experiências da introdução do trabalho em instituições educacionais, se deu por meio das Escolas de Aprendizes Artífices em 1909, se configurando a primeira iniciativa governamental para uma política pública de escolarização das atividades profissionais, objetivava a formação da mão de obra para o atendimento das demandas da indústria. Embora alvo de críticas, sobre ter um papel estratégico no esforço de controle social das classes proletárias, de disciplinarização e definição do papel do menor, se apresentou como o embrião do que no futuro viria a se tornar a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT).

Diante disso, a discussão sobre o trabalho como princípio educativo esteve associada à discussão sobre a politecnia que para Saviani (2003, p.136) “caminha na direção da superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual” em que postula um processo de trabalho que se desenvolva pela unidade indissolúvel dos aspectos manuais e intelectuais.

Consoante a essa ideia, temos a escola unitária de Gramsci (1982), que assume o ideal de formação integral do ser humano, na unidade entre instrução e trabalho em relação às capacidades intelectuais e manuais, na formação de homens capazes de produzir, mas também de serem dirigentes e governantes.

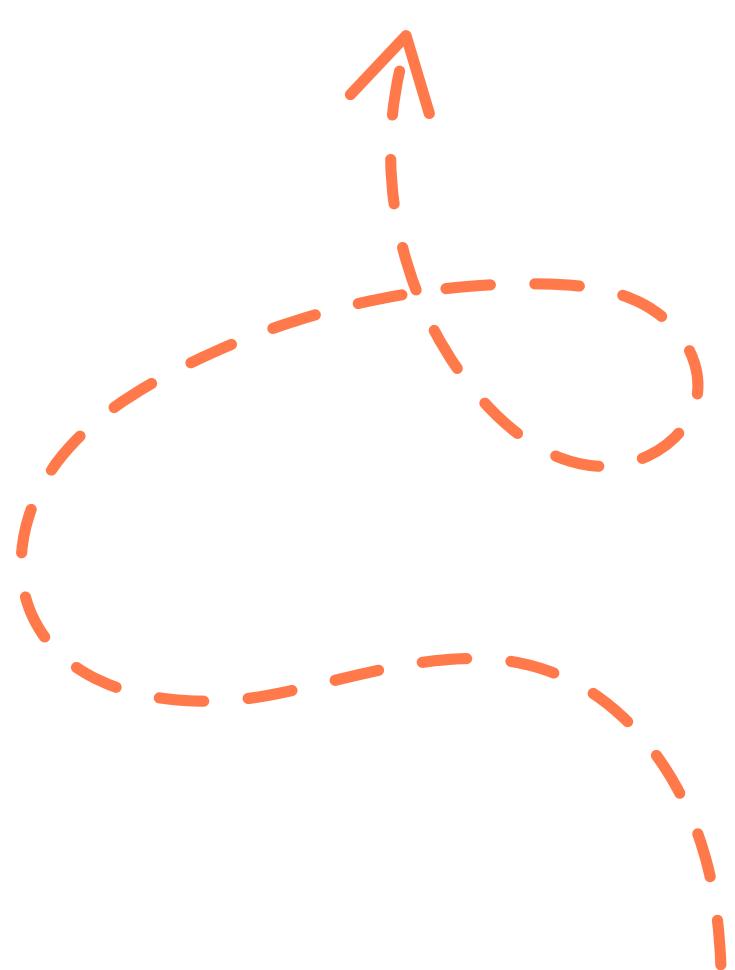
Tais conceitos se aproximam ao de formação omnilateral, que concerne à formação humana oposta à formação unilateral provocada pelo trabalho alienado, pela divisão social do trabalho e pelas relações burguesas parciais e limitadas.

A omnilateralidade tem como condição a superação do capital ou da alienação e da propriedade privada. Segundo Lourenço, (2018) a ideia de universalidade estabelece relação de correspondência com o termo omnilateralidade nos escritos de Karl Marx (1988).

Para Frigotto (2001) e Saviani (1991), formação omnilateral diz respeito à formação integral do ser humano em todas as suas dimensões, no qual todos os conhecimentos estejam incorporados e integrados.

Tem como condição a superação do capital, da alienação e da propriedade privada. Para tanto, é necessário a concepção de omnilateralidade e de politecnia se complementam e tem como objetivo o preparo dos estudantes para uma compreensão crítica e autônoma da realidade, na qual possam dominar os processos produtivos e superar a divisão de classes gerada pela estrutura capitalista.

No que se refere a modalidade do ensino médio integrado, busca-se um ensino que vá além da promoção da profissionalização em campos específicos. A perspectiva é desenvolver uma formação omnilateral e politécnica, logo, um processo formativo que promova um amplo desenvolvimento das faculdades físicas e intelectuais. Devendo pressupor a ideia de práxis de forma que a teoria e a prática educativa constituam o núcleo articulador da formação profissional (Araújo e Frigotto, 2015).



Educação Profissional e Tecnológica

2. Os paradigmas da Inclusão

Nos últimos tempos o paradigma do conhecimento tem sofrido alterações em virtude das interfaces e das novas conexões que se formam entre saberes antes isolados e dos encontros da subjetividade humana com o cotidiano, o social e o cultural.

Tal mudança foi possível por meio das redes cada vez mais complexas de relações, geradas pela velocidade das comunicações e informações permitindo a entrada da diversidade humana na escola, representada por diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero, entre outras. Implicando na mudança do paradigma educacional e abrindo espaço ao modelo inclusivo (Mantoan, 2003).

A distinção entre integração e inclusão permite esclarecermos o processo de transformação das instituições educativas, de modo que possam acolher, indistintamente, todos os estudantes, nos diferentes níveis de ensino.

A integração tinha por objetivo inserir um estudante ou grupo de estudantes, que anteriormente haviam sido excluídos, a inclusão, ao contrário, tem por objetivo não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar..

Os estabelecimentos de ensino inclusivos propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os estudantes e que é estruturado em função dessas necessidades (Mantoan, 2003)

Figura 1. Diferenças entre os paradigmas sociais

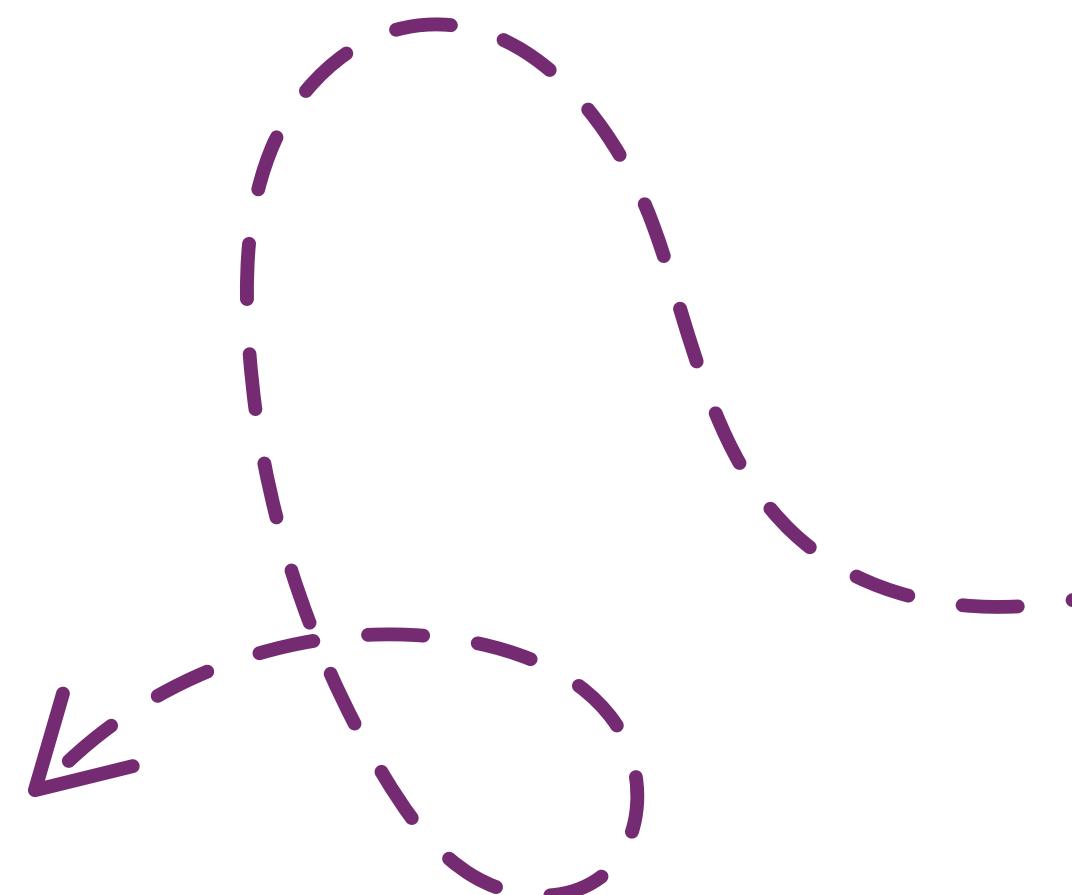
INTEGRAÇÃO	INCLUSÃO
Inserção parcial e condicional	Inserção total e incondicional
Mudanças que visam prioritariamente pessoas com deficiência	Mudanças que beneficiam todas as pessoas
Perspectiva individualista	Perspectiva socializada
Estudante se adapta a escola	Escola se adapta ao estudante
O professor é o centro do processo pedagógico	O estudante é o centro do processo pedagógico
Modelo de Educação Especial segregado	Modelo de Educação Especial ampliado

Fonte: Adaptado de Vidoi, 2014.

AUDIODESCRÍÇÃO: A imagem é uma tabela comparativa com o título "Figura 1. Diferenças entre os paradigmas sociais". Ela é dividida em duas colunas principais: "INTEGRAÇÃO", com fundo vermelho escuro, e "INCLUSÃO", com fundo roxo escuro. Ambas as colunas possuem seis linhas de comparação, cada uma com um fundo um pouco mais claro do que o título da coluna. A tabela apresenta um contraste claro entre os dois conceitos, mostrando como a Inclusão propõe uma abordagem mais abrangente e adaptativa em comparação com a Integração.

A integração tinha por objetivo inserir um estudante ou grupo de estudantes, que anteriormente haviam sido excluídos, a inclusão, ao contrário, tem por objetivo não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar.

Os estabelecimentos de ensino inclusivos propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os estudantes e que é estruturado em função dessas necessidades (Mantoan, 2003).



A educação inclusiva propõe o direito à diferença nas escolas, que se contrapõe ao modelo escolar excludente, normativo e elitista. Quando a igualdade é a referência, possibilitamos que se agrupe e rotule os estudantes como necessidades específicas. Mas se a diferença é tomada como parâmetro, a igualdade deixa de ser a norma, e as bases de uma hierarquia das igualdades e diferenças que sustentam a “normalização”.

Desse modo, há de se reconhecer as diferentes culturas, a pluralidade das manifestações intelectuais, sociais e afetivas, para construirmos uma nova ética educacional, que advém de uma consciência individual e social ((Mantoan, 2003).

A razão de ser da inclusão está também no intuito de que a educação se atualize com esforço de modernização e de reestruturação de suas condições atuais, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para a vida, com condições de desenvolverem e tornarem cidadãos, pessoas com uma identidade sociocultural que lhes conferirá oportunidades de ser e de viver dignamente.

Os paradigmas da Inclusão

3. PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Conforme as legislações vigentes, LDB e Resolução nº 4/2009, do Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica, considera-se público-alvo da educação especial inclusiva os estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008, p. 15) afirma que são considerados:

Figura 2. PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

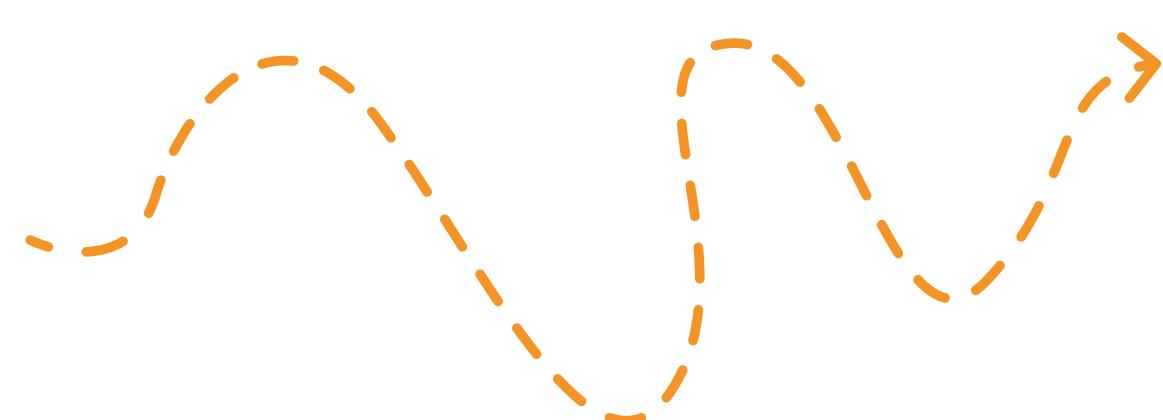


aqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restrin-gida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade.

são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. A exemplo do Transtorno do Espectro Autista (TEA).

aqueles que demonstram potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas, a saber: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade

Fonte: Adaptado de Brasil, 2008.



AUDIODESCRÍÇÃO: A imagem, intitulada "Figura 2. Público-alvo da Educação Especial", apresenta três categorias com descrições detalhadas, organizadas verticalmente. A primeira categoria, no topo, tem um fundo oval roxo claro com um ícone branco de uma pessoa em cadeira de rodas. O texto à direita deste oval diz "Estudante com deficiência" e é seguido uma breve definição. A segunda categoria, ao centro, possui um fundo oval laranja com um ícone branco de uma peça de quebra-cabeça. O texto ao lado, "Transtornos globais do desenvolvimento", é acompanhado pela descrição. A terceira e última categoria, na parte inferior, exibe um fundo oval vermelho claro com um ícone branco de um cérebro. O texto adjacente é "Altas habilidades ou superdotação", e sua descrição. No geral, a imagem esclarece quem são os grupos de sujeitos abrangidos pela Educação Especial, fornecendo uma breve definição para cada um.

Nesse sentido, é necessário a oferta de uma formação integral que compreenda o sujeito com deficiência sem a dualidade estrutural, que busca pela escola unitária formativa defendida por Gramsci (1982), que propõe a organização de uma escola única inicial de cultura geral, humanística e formativa que harmonize o desenvolvimento da capacidade de trabalho intelectual e manual. Nessa perspectiva, para que a EPT seja inclusiva e atenda a todas as especificidades e peculiaridades dos educandos com deficiência é necessário um repensar coletivo de toda a comunidade escolar, que congregue os estudantes e os profissionais da educação, por meio das lutas e reivindicações comuns a toda a sociedade. Além de pensar a organização dos espaços formais de aprendizagem de modo a garantir a acessibilidade em todos os seus aspectos, sobretudo, em seus processos educacionais.

Público-alvo da educação especial

4. O que é atendimento educacional especializado?

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) foi instituído em 2008 pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), elaborado pelo Ministério da Educação (MEC). É um serviço da Educação Especial que organiza atividades, recursos pedagógicos e de acessibilidade, à escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculados nas classes comuns do ensino regular (Brasil, 2008).

Por AEE entende-se a oferta de apoio e suporte aos discentes em situação de inclusão, ao professor da sala de aula regular e às famílias, com objetivo de prover “recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para a plena participação na sociedade e desenvolvimento da aprendizagem” (Brasil, 2009).

AUDIO DESCRIÇÃO: A imagem é uma ilustração em tons de cinza, com um estilo de desenho simples e traços delicados. No centro, um homem está caminhando da esquerda para a direita, segurando um bebê enrolado em seus braços. Ele veste uma camisa de manga curta e calças compridas. Uma mulher caminha ao seu lado direito, um pouco atrás dele, vestindo uma roupa de cor clara, possivelmente um vestido ou uma blusa e saia. O chão sob os personagens é indicado por uma área sombreada sutil. A cena sugere uma transição ou a entrada em um novo ambiente ou fase, com elementos que podem simbolizar a comunidade, instituições e talvez escolhas ou caminhos.



Seu objetivo é disponibilizar serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem barreiras para a plena participação de todos os estudantes. Essas barreiras podem ser, segundo a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), arquitetônicas, comunicacionais, urbanística, atitudinais, tecnológica e nos transportes. Além disso, o professor do AEE deve garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular e assegurar condições para que os discentes continuem os estudos nos demais níveis de ensino.

A LBI traz em seu artigo 28, em que consiste o Plano de AEE “planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva.” (Brasil, 2015).

Na Resolução nº 4/2009, do CNE, (Brasil, 2009) em seu artigo 9º, diz que o plano de AEE, sua elaboração e execução “são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde” (Brasil, 2009).

O Plano de AEE consiste em um documento fundamental para estabelecer quais são as barreiras enfrentadas pelos estudantes com deficiência e, principalmente, quais serão os mecanismos de eliminação dessas barreiras. O primeiro passo para a elaboração do plano é a realização de um estudo de caso. Esse instrumento exige que o professor do AEE dialogue com o estudante, a família, os professores da sala de aula comum, os demais membros da comunidade escolar e, quando necessário, com os profissionais das redes de saúde e da assistência social.

Conforme dispõe a Resolução CNE/CEB nº 4/2009 (Brasil, 2009), o AEE deve ser realizado preferencialmente na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), individualmente ou em pequenos grupos, em turno contrário ao da escolarização em sala de aula comum. Em consonância ao Programa de Implantação de SRM (Brasil, 2010) determina quanto a sua organização:

Quadro 1. Critérios de Organização para oferta do AEE

Orientação	Inciso	Relevância
Salas de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos	I	Identificar as necessidades educacionais específicas do aluno, definindo recursos de acessibilidade necessárias no ambiente escolar e no planejamento e execução das atividades desenvolvidas no atendimento especializado.
Matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola	II	Assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino.
Cronograma de atendimento dos estudantes	III	Acompanhar o educando nas suas atividades didático-pedagógicas e complementar ou suplementar à escolarização, considerando as habilidades e as necessidades específicas dos educandos, público alvo da educação especial.
Plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas	IV	Elaboração, execução, e avaliação do Plano do AEE, juntamente com o NAPNE e docentes, avaliando a funcionalidade e aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade.
Professores para o exercício da docência do AEE	V	Profissional com expertise para identificar e eliminar as barreiras no processo de aprendizagem e oferecer orientações ao professor da sala comum e familiares.
Profissionais da educação: tradutores e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção	VI	Articulação com os profissionais da área de ensino que atuam direta ou indiretamente com o estudante, com a participação da família discutindo, avaliando e propondo ações que visem a fortalecimento das propostas de inclusão.
Redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE	VII	Promover suporte técnico, científico, acadêmico, pedagógico e psicossocial necessários às atividades de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidas na área da educação inclusiva.

Fonte: Adaptado de Brasil (2009).

O objetivo do AEE quanto um trabalho investigativo é conhecer a fundo o adolescente, seu percurso escolar e as barreiras que ele enfrenta no cotidiano, inclusive na vida fora da escola. Esse estudo de caso irá, então, dar subsídio para que o professor do AEE produza o plano de AEE, consistindo em uma forma de trazer acessibilidade ao currículo (Meneghine, 2024).

- **Estudo de Caso**

Estudo de caso é a observação detalhada do estudante na escola, na família e nos demais ambientes de convivência, com o objetivo de conhecê-lo, compreender suas diferenças e identificar as barreiras que o impedem de participar, ter acesso ao currículo e aprender.

O estudo de caso, prescrito no art. 28, VII, da Lei nº 13.146/2015, é uma investigação realizada com o aluno já matriculado e frequentando a escola, e diz respeito às interações em curso e às barreiras identificadas em contexto escolar concreto. É uma pesquisa prioritariamente do campo educacional, com aportes transdisciplinares, quando necessários, e com o objetivo de identificar barreiras e subsidiar a elaboração do plano individual de atendimento educacional especializado.

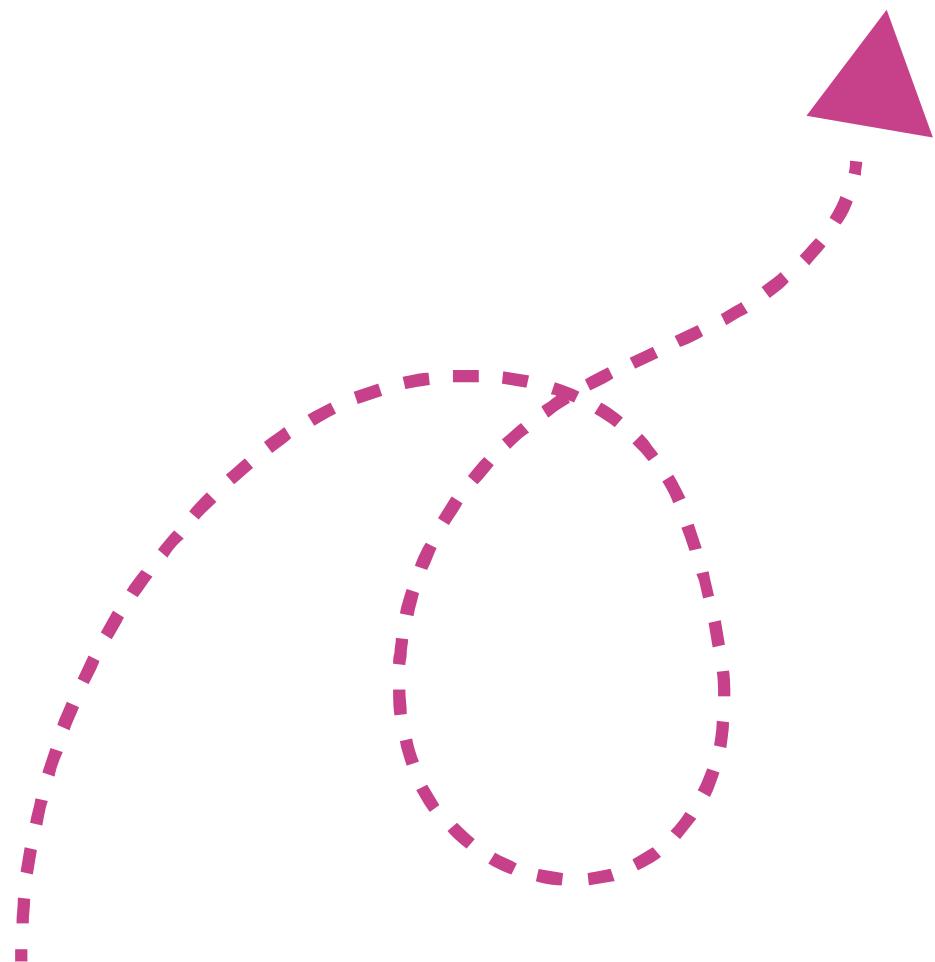
- **Plano Individual de Atendimento Educacional Especializado**

O Plano individual de Atendimento Educacional Especializado tem por escopo organizar recursos e estratégias para eliminação de barreiras, assegurando a cada estudante a participação e o acesso ao currículo.

registro formal elaborado a partir do Estudo de Caso deve, portanto, especificar os objetivos — destacando-se, evidentemente, a eliminação das barreiras observadas no caso concreto —, a forma de organização do atendimento (frequência, tempo, individual ou em grupo, etc.); as atividades que serão realizadas; a seleção e disponibilização de materiais e tecnologias assistivas; atividades formativas e de orientação aos profissionais da escola, demais alunos e familiares; a indicação e capacitação de profissionais de apoio e acompanhantes especializados; a articulação destes com os demais profissionais da escola e seu projeto pedagógico; além de registrar a efetividade das estratégias planejadas e/ou necessidade de reformulação do planejamento (Brasil, 2024).

Vale consignar que, uma vez verificado que as barreiras inicialmente observadas em determinado contexto escolar, relacionadas a um sujeito específico, foram superadas, com ganho de plena autonomia para participação e acesso ao currículo, o atendimento educacional especializado poderá ser suspenso (Brasil, 2024).

Importa lembrar, por fim, que o modelo social de deficiência e o imperativo da educação inclusiva demandam profunda reflexão e reformulação dos sistemas de ensino, de escolas e comunidades escolares, buscando, a rigor e idealmente, que as instituições de ensino não precisem categorizar seus estudantes para assegurar ambientes e práticas acolhedoras, saudáveis e que promovam o direito de ser, estar e participar dos processos coletivos de partilha e construção de conhecimento que ocorrem nas escolas.



• Avaliação Biopsicossocial

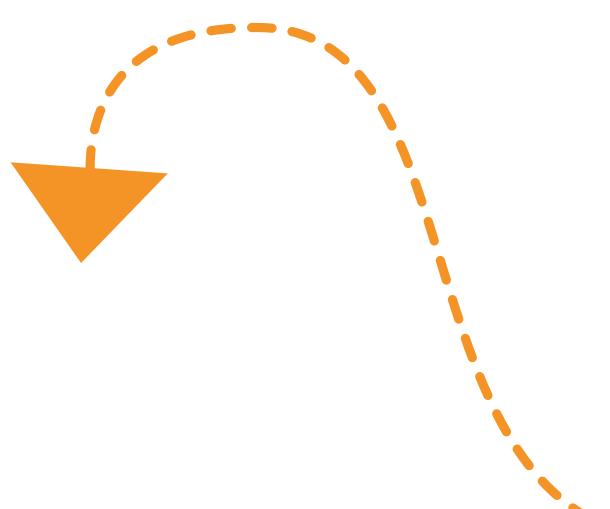
A Lei nº 13.146 de 2015, (Brasil, 2015) que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência), estabelece em seu art. 2º, § 1º:

A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:

- I - Os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
- II - Os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
- III - A limitação no desempenho de atividades; e
- IV - A restrição de participação.

Segundo o § 2º do mesmo artigo, o Poder Executivo está incumbido da criação de instrumentos para avaliação da deficiência. Consigne-se, de início, que a avaliação biopsicossocial da deficiência nem sempre será necessária e só se justificará para facilitar e qualificar o exercício de direitos ou quando relevante para definir beneficiários de determinados direitos.

No caso do direito à educação, como dito, o exercício desse é incondicional²⁴ e, portanto, o acesso, permanência e participação de estudantes com deficiência em instituição de ensino prescindirá de avaliação prévia de qualquer natureza (Brasil, 2024).



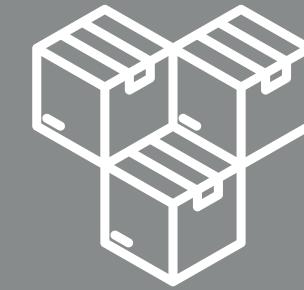
- **Acessibilidade**

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Promove-se a acessibilidade pelo uso do desenho universal, pela supressão de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e informações, em tecnologias diversas, quando existentes. Para tanto, é preciso observar a legislação de acessibilidade, as normas técnicas, os atos normativos sobre o tema.

1 ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

Consiste na conformidade dos espaços, produtos e serviços físicos, públicos e privados, com as normas legais e técnicas de acessibilidade (em especial a NBR 9050), afastando as barreiras físicas e ambientais.



2



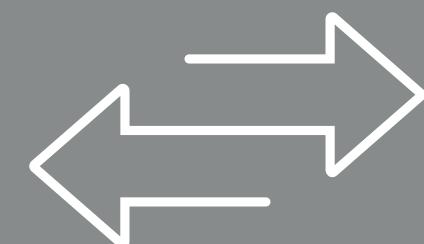
ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

Conformidade em todos os âmbitos da comunicação com as normas técnicas e legais de acessibilidade, considerada nas suas diferentes formas: falada, escrita, gestual, língua de sinais, digital, entre outras, promovendo a inclusão.

3

ACESSIBILIDADE URBANÍSTICA

Conformidade das vias e dos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo que permita o livre trânsito a todos os pedestres.



4



ACESSIBILIDADE ATITUDINAL

Relações sem preconceitos, afastando o capacitismo, os estigmas, estereótipos e as discriminações. Fundada na alteridade, na dignidade da pessoa humana e no reconhecimento do outro como sujeito de direitos.

5

ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA

Desenvolvimento de projetos, com soluções tecnodigitais alinhadas às normas legais e técnicas, aos protocolos de acessibilidade, para softwares, sítios eletrônicos, para as aplicações desktop ou mobile, nas "navegações digitais".



6



ACESSIBILIDADE NOS TRANSPORTES

Investimentos em acessibilidade para os transportes, com a utilização veículos adaptados que garantam pleno acesso à escola, como forma de garantir sua mobilidade e inclusão plena.

- **Acessibilidade Educacional**

É o conjunto de estratégias que garantem a participação plena e igualitária de todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou deficiências. Isso vai além das adaptações físicas, como rampas e elevadores, e inclui a remoção de barreiras pedagógicas, tecnológicas e psicossociais. O objetivo é promover um ambiente seguro, autônomo e acolhedor que permita o desenvolvimento de todo o potencial de cada estudante.



O que é atendimento educacional especializado?

5. Profissionais envolvidos no AEE

O profissional do AEE

Para atuação no AEE o professor deve ter formação em Educação Especial ou especialização em Atendimento Educacional Especializado.

São atribuições do profissional de AEE:

- I – Identificar estudantes que apresentem necessidade de atendimento educacional especializado e que ainda não foram encaminhados ao AEE;
- II – Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos e estratégias de acessibilidade, considerando as necessidades específicas dos estudantes que constituem o público do AEE;
- III – Elaborar, executar e avaliar o Plano de AEE por meio da identificação de habilidades e necessidades educacionais específicas;
- IV – Estabelecer cronograma e carga horária, individual ou em grupos, conforme as necessidades de cada estudante;
- V – Trabalhar colaborativamente na acessibilidade dos materiais didático-pedagógicos, recursos e serviços de Tecnologia Assistiva utilizados pelo estudante ou as adaptações realizadas, em parceria com os demais docentes, Núcleos e Coordenações de Acessibilidade e setores da instituição;

VI – Orientar os servidores, estudantes e responsáveis sobre a utilização dos recursos pedagógicos e de Tecnologia Assistiva e sobre as adaptações necessárias;

VII – Orientar os professores e técnicos administrativos quanto aos registros de acompanhamento dos estudantes e à documentação específica;

VIII - Participar do Conselho de Classe, em colaboração com as coordenações dos Napnes (ou setor equivalente) e coordenações pedagógicas, conforme necessidades decorrentes do trabalho no AEE;

IX - Colaborar para a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI) dos estudantes que demandam adaptação/flexibilização/acessibilidade curricular.

X – Desempenhar outras atividades correlatas ou definidas institucionalmente ou pela legislação, em relação ao AEE.

O professor do Atendimento Educacional Especializado é quem terá a competência para a realização do estudo de caso e elaboração e acompanhamento da execução do Plano Individual de Atendimento Educacional Especializado, em articulação com os demais professores do ensino regular, com o aluno, com a família e em interface com os demais serviços de saúde, de assistência social, entre outros necessários ao atendimento do estudante (Brasil, 2024).

Assim, o professor especialista no Atendimento Educacional Especializado, em sua atividade em sala de recursos multifuncionais e nos demais ambientes escolares, a partir do atendimento educacional institucionalizado, assume a condição de suporte à educação regular, tendo como objetivo, identificar barreiras, oferecer aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, estratégias e utilização de recursos pedagógicos e de tecnologia diferenciados, assegurando-se que sejam utilizados de forma generalizada, em todos os ambientes, posto que são fundamentais para garantir a participação, o acesso ao currículo comum e a aprendizagem possível (Brasil, 2024).

Docentes da sala de aula regular em regime de colaboração com o AEE

São atribuições dos docentes dos componentes curriculares em regime de colaboração com o AEE:

- I – Planejar as estratégias pedagógicas de forma colaborativa com o professor de AEE, visando o atendimento das necessidades de aprendizagem dos alunos;
- II – Elaborar o Plano Educacional Individualizado (PEI) dos estudantes que demandam adaptação/flexibilização/acessibilidade curricular em colaboração com a Equipe Multiprofissional e com o professor de AEE;
- III - Realizar adaptações didático-metodológicas (nas avaliações, nos materiais didáticos, na abordagem dos conteúdos, entre outros) que atendam às necessidades dos estudantes que demandam adaptação/flexibilização/acessibilidade curricular em colaboração com a Equipe Multiprofissional e com o professor de Educação Especial;
- IV – Registrar as adaptações a serem realizadas nos planos educacionais individualizados;
- V - Participar de atividades formativas e reuniões pedagógicas que tratam da temática da Educação Especial e de questões relacionadas aos estudantes atendidos no AEE.

É crucial que as cargas horárias de trabalho dos profissionais sejam estabelecidas de modo a contemplar suas atividades corriqueiras, tais como tempo hábil para capacitação profissional e articulação com os demais profissionais e com a família (Brasil, 2024).



Profissional de Apoio

Conforme a LBI estão entre as atribuições deste profissional:

Exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.

A função do profissional de apoio é ofertar suporte ao estudante com deficiência em suas atividades diárias básicas como alimentação, higiene, locomoção e acessibilidade à comunicação, de modo a proporcionar um ambiente escolar inclusivo, garantindo participação efetiva no processo de escolarização.

O profissional de apoio, portanto, tem funções específicas, não se confundindo com o professor regente ou com o professor de atendimento educacional especializado.

Mesmo nos casos em que atue dentro de sala de aula, sua função deve ser a de eliminação de barreiras, podendo, para tanto, auxiliar o aluno na organização dos recursos necessários para a realização de suas atividades, bem como na facilitação de comunicação e interação social, inclusive na moderação em eventuais situações de comportamentos disruptivos³⁸, sempre em articulação com o professor regente (Brasil, 2024).

Tradutor e intérprete de LIBRAS

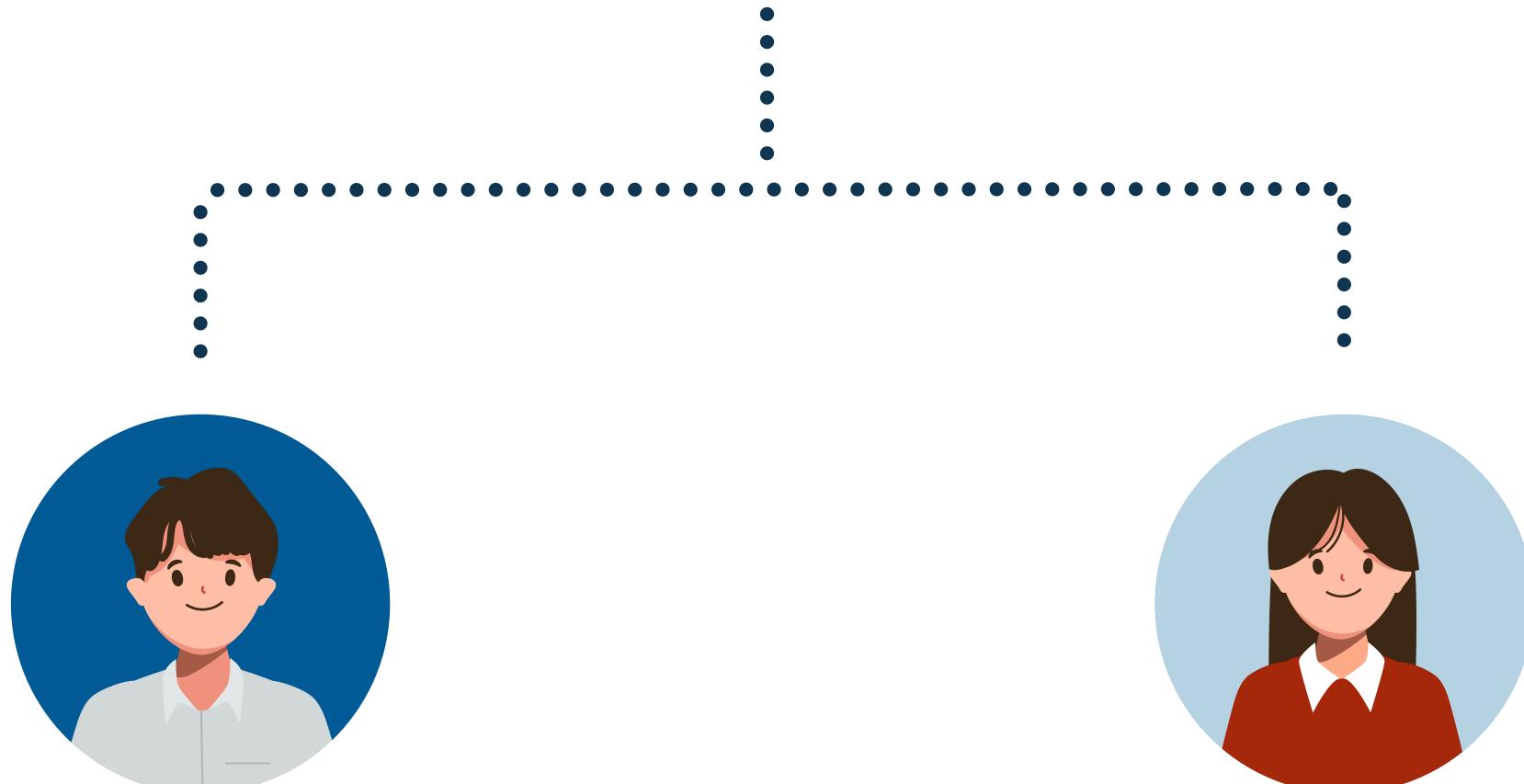
A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva de (2008), prevê que os sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia intérprete, bem como, a oferta de educação bilíngue, em LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita de Língua Portuguesa como segunda língua aos estudantes surdos e com deficiência auditiva.

O ensino da Comunicação Aumentativa e Alternativa – CAA, o ensino do sistema Braille, do uso do Soroban e das técnicas para a orientação e mobilidade para estudantes cegos, além do ensino da informática acessível e do uso dos recursos de Tecnologia Assistiva – TA.



Tais medidas se faz necessário para uma completa abordagem da acessibilidade comunicacional. Assim, garantindo o formato acessível da comunicação, esta precisa atingir os seus destinatários por meio de técnicas que visem tornar compreensíveis os conteúdos dos artefatos escritos, das linguagens falada, gráfica, pictórica e visual, por meios fáceis e inteligíveis, a fim de que seja apreendida a mensagem de forma ampla por todos.

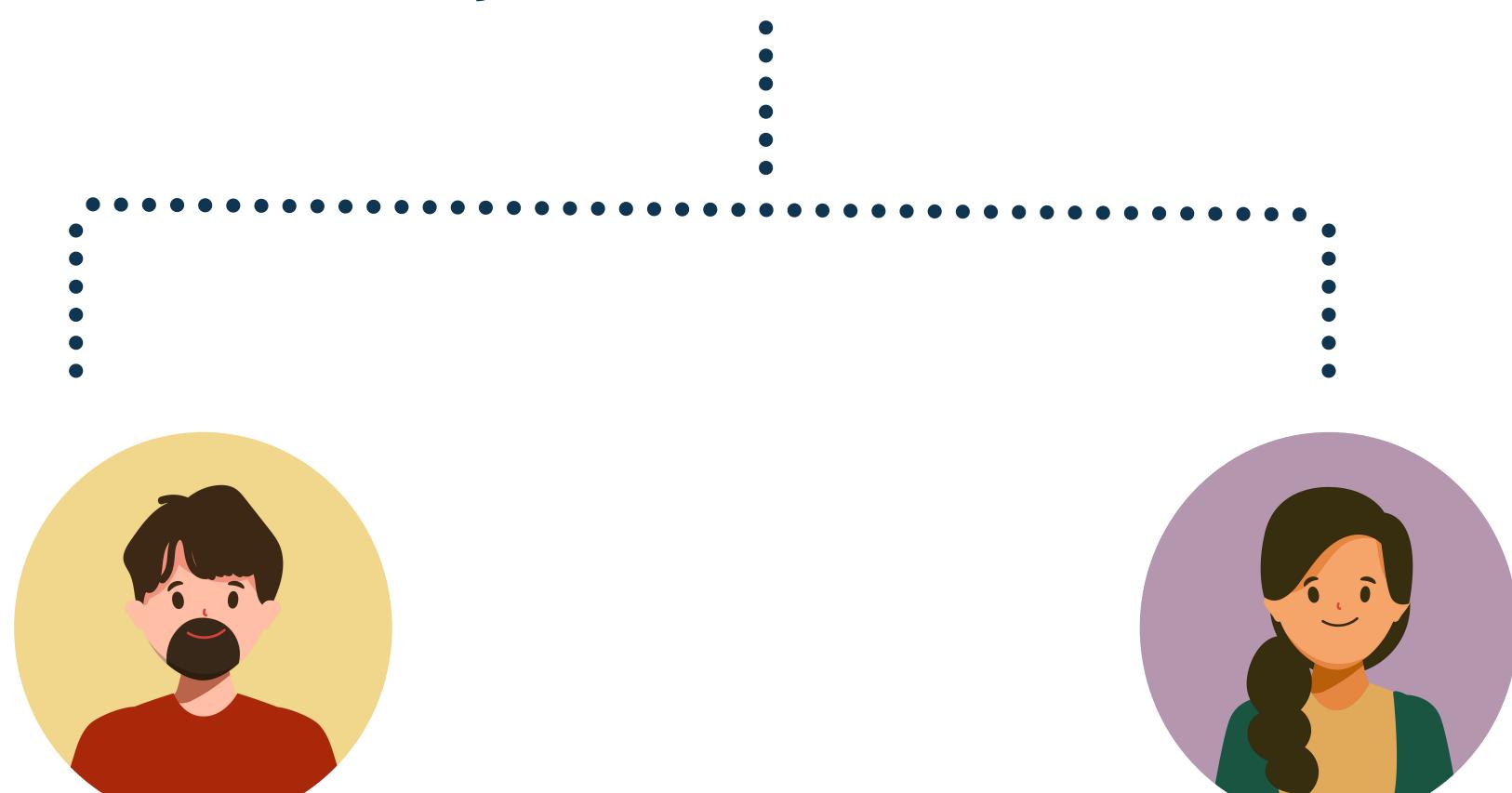
Funções Pedagógicas



Docente da sala
de aula regular

Profissional do AEE

Funções de Suporte



Tradutor e
intérprete de LIBRAS

Profissional de
Apoio

AUDIODESCRIÇÃO: A imagem é um fluxograma que organiza papéis dentro da educação inclusiva, com o fundo em um tom bege claro. No topo, o título principal é "Função Pedagógica". Abaixo dele, duas linhas pontilhadas se ramificam para dois avatares circulares: à esquerda, um avatar de um homem jovem com cabelo azul escuro, camisa azul e pele clara. Abaixo dele, o texto: "Docente da sala de aula regular". À direita, um avatar de uma mulher jovem com cabelo castanho escuro e camisa vermelha. Abaixo dela, o texto: "Profissional do AEE". Mais abaixo, há um segundo título: "Funções de Suporte". Assim como o primeiro título, duas linhas pontilhadas se ramificam para outros dois avatares circulares: à esquerda, um avatar de um homem jovem com cabelo preto, vestindo uma camisa clara e uma máscara facial preta. Abaixo dele, o texto: "Tradutor e intérprete de LIBRAS". À direita, um avatar de uma mulher jovem com cabelo castanho escuro preso e vestindo uma blusa verde e amarela. Abaixo dela, o texto: "Profissional de Apoio".

Profissionais envolvidos no AEE

6. Espaços formais de aprendizagem na EPT

Ao falarmos de espaços formais de aprendizagem, é necessário distinguir e demarcar as diferenças entre os conceitos de educação formal e não-formal. Como aponta Gohn (2006) a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os sujeitos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados; e a educação não-formal é aquela que se aprende via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianos.

A educação não-formal designa um processo com várias dimensões, tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos sujeitos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e o exercício de práticas que capacitam os sujeitos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos sujeitos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor. Em suma, consideramos a educação não-formal como um dos núcleos básicos de uma Pedagogia Social (Gohn, 2006).

No que se refere a educação formal e seus espaços de aprendizagem, destacam-se os objetivos relativos ao ensino e aprendizagem de conteúdos historicamente sistematizados, normalizados por leis, dentre os quais destacam-se o de formar o sujeito como um cidadão ativo, desenvolver habilidades e competências, desenvolver a criatividade, percepção, motricidade entre outros.

A educação formal requer tempo, local específico, pessoal especializado. Organização de vários tipos (inclusive a curricular), sistematização seqüencial das atividades, disciplinamento, regulamentos e leis, órgãos superiores etc. Ela tem caráter metódico e, usualmente, divide-se por idade/ classe de conhecimento.

A educação informal não é organizada, os conhecimentos não são sistematizados e são repassados a partir das práticas e experiência anteriores, usualmente é o passado orientando o presente. Ela atua no campo das emoções e sentimentos. É um processo permanente e não organizado.



A educação não-formal tem outros atributos: ela não é, organizada por séries/ idade/conteúdos; atua sobre aspectos subjetivos do grupo; trabalha e forma a cultura política de um grupo. Desenvolve laços de pertencimento. Ajuda na construção da identidade coletiva do grupo; ela pode colaborar para o desenvolvimento da auto-estima e do empoderamento do grupo. Fundamenta-se no critério da solidariedade e identificação de interesses comuns e é parte do processo de construção da cidadania coletiva e pública do grupo (Gohn, 2006).

Espaços formais de aprendizagem na EPT

7. Sala de Recursos Multifuncionais

As Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) foram implementadas em consonância com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (PNEEPEI) definidas como espaços físicos dotados de mobiliário acessível, recursos de tecnologia assistiva, equipamentos, materiais didáticos e pedagógicos (Brasil, 2009). No Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais, produto da Nota Técnica – SEESP/GAB/Nº 11/2010, orienta sobre as especificações técnicas dos itens das salas de recursos multifuncionais (SRM) dos tipos I e II como pode-se ver nas tabelas 1 e 2:



AUDIODESCRIÇÃO: A imagem é uma ilustração plana e simples que mostra três pessoas interagindo em torno de uma mesa, em um ambiente de escritório ou sala de aula. A paleta de cores é limitada, focando em roxo, azul e laranja.

Tabela 1. Especificação dos itens da Sala Tipo I.

Equipamentos	Materiais Didático/Pedagógico
02. Microcomputadores	01. Material Dourado
01. Laptop	01. Esquema Corporal
<u>01. Estabilizador</u>	01. Bandinha Rítmica
01. Scanner	01. Memória de Materiais I
01. Impressora laser	01. Tapete Alfabético Encaixado
01. Teclado com colméia	<u>01. Software Comunicação Alternativa</u>
01. Acionador de pressão	01. Sacolão Criativo Monta Tudo
01. Mouse com entrada para acionador	01. Quebra Cabeças - sequência lógica
01. Lupa eletrônica	01. Dominó de Associação de Ideias
Mobiliários	01. Dominó de Frases
01. Mesa redonda	01. Dominó de Animais em Libras
04. Cadeiras	01. Dominó de Frutas em Libras
01. Mesa para impressão	01. Dominó Tátil
01. Armário	01. Alfabeto Braille
01. Quadro branco	01. Kit de Lupas Manuais
02. Mesas para computador	01. Plano Inclinado - suporte para leitura
02. Cadeiras	01. Mémória Tátil

Fonte: Brasil, 2010

Tabela 2. Especificação dos itens da Sala Tipo II.

Equipamentos e Materiais Didático/Pedagógico
01. Impressora Braille - pequeno porte
01. Máquina de datilografia Braille
01. Reglete de mesa
01. Punção
01. Soroban
01. Guia de Assinatura
01. Kit de Desenho Geométrico
01. Calculadora Sonora

Fonte: Brasil, 2010

Nas tabelas 1 e 2 são apresentados os equipamentos, mobiliário e materiais didáticos/pedagógicos conforme a Resolução nº 4/2009 do CNE, (Brasil, 2009). Em seu parágrafo único, diz que “consideram-se recursos de acessibilidade na educação aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços” (Brasil, 2009).

Se faz necessário pensar os espaços pedagógicos, de modo a favorecer a acessibilidade e a construção do conhecimento. Se fizermos uma análise da história da Educação Especial no Brasil, diante de seus avanços e retrocessos, iremos nos recordar da experiência das classes especiais, como prática educativa institucionalizada no país.

Segundo Borges e Campos (2018), o surgimento das classes especiais sofreu influências do movimento educacional escolanovista, expressão da ideologia liberal, que defendia a existência de uma escola única capaz de atender a todos, segundo suas características e potencialidades. Em um contexto de mudança política, pedagógica, econômica e social que preconiza uma pedagogia funcional que provocasse o interesse dos estudantes.

No entanto, não havia consenso na época, compreendida até 1950, sobre quem seria o público-alvo da educação especial, estando incluídos nesse escopo, estudantes com dificuldades de aprendizagem, de camadas populares e até mesmo os indisciplinados. O aspecto positivo das classes especiais está no fato de ter permitido o acesso à escola por parte das pessoas com deficiência. Seu lado negativo, era o fato de haver um modelo diferenciado de escolarização, baseado na homogeneidade e guiados pelo conceito de anormalidade.

Omote (2000) chamou atenção para dois fatores com relação às classes especiais, o primeiro era com relação a os critérios de encaminhamento, que por vezes eram arbitrários, e o segundo diz respeito à permanência prolongada dos estudantes nas classes especiais, sem a perspectiva de irem para as classes comuns.

Omote (2000) evidencia o ensino precário dos estudantes de camadas populares justificados pelo discurso da Educação Especial. Ainda segundo o autor, “em última instância, a caracterização de uma condição como deficiência ou não, depende de critérios antes políticos que científicos ou técnicos” (Omote, 2008, p. 20).

Embora tenha-se avançado, as classes especiais deram lugar às salas inclusivas, alguns desafios permanecem, como considerar as especificidades de sujeitos tão diversos em um modelo único, a sala de aula inclusiva. Diante dessa realidade, discutir a organização do espaço pedagógico, se faz necessário e desafiador.

Ao considerar a sala de recursos multifuncionais como o espaço pensado para o atendimento educacional especializado (AEE) figurando como um dos serviços mais importantes da educação especial atualmente, justifica o fato de que este espaço precisa ser planejado e está adequado a tal serviço, de modo, a propiciar o ensino e a aprendizagem de estudantes com necessidades educacionais específicas.

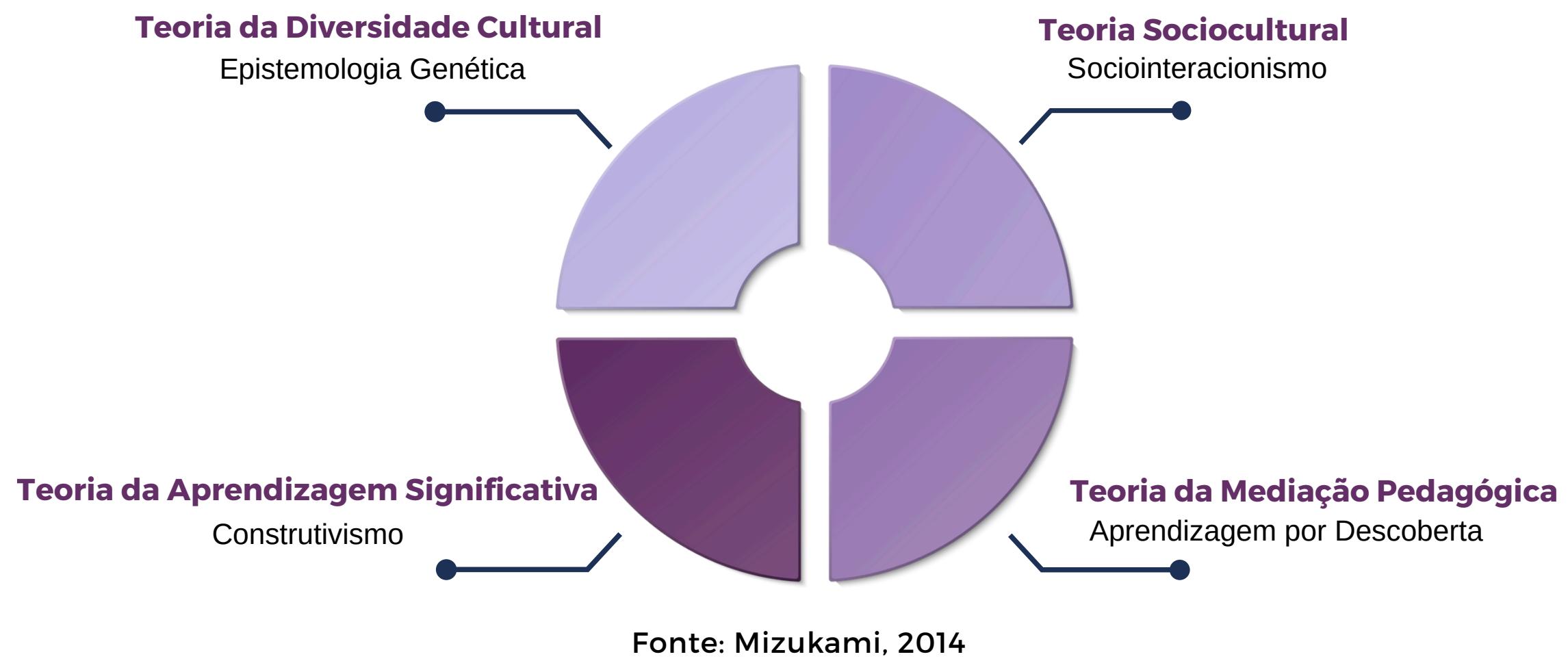
Sala de Recursos Multifuncionais

8. O Atendimento Educacional Especializado e às Intervenções Teóricas

São apontadas por Pavão e Pavão (2023) algumas estratégias de intervenção pedagógica comumente utilizadas nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). Entre as estratégias de intervenção pedagógica mais praticadas, está a utilização de jogos e atividades lúdicas, as orientações aos pais, professores e comunidade escolar, além do acompanhamento individualizado que pode contemplar as necessidades de aprendizagem específicas, reconhecendo e favorecendo os vínculos que são estabelecidos no aprender, assim também como os feedbacks constantes sobre o desempenho dos discentes e orientações para melhoria.

No que diz respeito às abordagens teóricas que fundamentam tais intervenções no Atendimento Educacional Especializado (AEE), conforme Pavão e Pavão (2023) apresentam algumas delas, como a teoria da diversidade cultural, teoria sociocultural, teoria da aprendizagem significativa e teoria da mediação pedagógica.

Figura 3. Infográfico das abordagens do processo de ensino segundo Mizukami



AUDIODESCRÍÇÃO: A imagem é um infográfico intitulado "Figura 3. Infográfico das abordagens do processo de ensino segundo Mizukami". O elemento central é um círculo dividido em quatro quadrantes, formando uma cruz no meio, cada quadrante com uma tonalidade diferente de roxo. De cada quadrante do círculo, uma linha azul escura pontilhada sai e aponta para um texto que descreve uma teoria de ensino. As informações são organizadas da seguinte forma, no sentido horário a partir do quadrante superior esquerdo:

A teoria da diversidade cultural, defende que o AEE deve ser planejado e executado considerando as características individuais de cada aluno, visto que, cada estudante é único e possui necessidades educacionais específicas, portanto, o AEE deve levar em conta as diferenças culturais, linguísticas, étnicas, sociais, emocionais e cognitivas dos estudantes. Se apresenta como uma boa abordagem para intervenção ao público-alvo do AEE, no entanto, não se deve negligenciar os aspectos sociais que influenciam a todos, porém, se manifestam de maneira individualizada.

A teoria da diversidade cultural preconiza a utilização de diferentes metodologias, técnicas e materiais pedagógicos, que possam atender às necessidades específicas de cada estudante e se aplica a todos aqueles que necessitam de atendimento especializado, com ou sem deficiência. Essa abordagem foi pensada a partir das concepções de autores como Piaget (1970), com o estudo da teoria da Epistemologia Genética de abordagem cognitivista, que entende que o estudante se encontra em determinada fase evolutiva a ser desenvolvido para a independência. Com a metodologia de ensino baseado em problemas, fundado na teoria do conhecimento e desenvolvimento humano (Mizukami, 2014).

Freire (1996) e Vygotsky (1978) inspiraram a abordagem sociocultural, de tendência interacionista, para Freire professores e estudantes estão em uma relação horizontal, dialógica, não imposta e com mesma identidade de classe. Com o ensino baseado na práxis para a superação da relação opressor-oprimido.

O pensamento de Vygotsky por sua vez, sugere que a aprendizagem é mais eficaz quando ocorre em um contexto de interações sociais e culturais, valorizando ambientes de ensino colaborativos, contextualizados e significativos.

Na visão de Vygotsky, o professor é um mediador e facilitador da aprendizagem, não apenas um transmissor de conhecimento. Ao identificar a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) de cada estudante, o professor pode fornecer suporte adequado para que os discentes avancem em seu desenvolvimento.

Vygotsky (1997) nos afirma que a deficiência é muito mais afetada pelos órgãos sociais do que pelos biológicos. Durante muito tempo prevalecia a ideia de que os conceitos científicos eram inacessíveis às pessoas com deficiência intelectual, no qual tinha-se o entendimento de que o ensino deveria ser centrado apenas nas experiências concretas, cópias, lançando de repetição.

Desse modo, a Teoria Sociocultural, permite entender que os estudantes com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento não são afetados apenas por suas limitações individuais, mas também pelas barreiras sociais e culturais que os impedem de participar plenamente da vida escolar. Esta abordagem se aproxima das perspectivas teóricas utilizadas nesta pesquisa, uma vez que considera a interação social, a linguagem e a cultura, como elementos importantes, baseado na premissa de que a aprendizagem determina o desenvolvimento.

Uma outra abordagem comum ao AEE é a teoria da aprendizagem significativa proposta por David Ausubel (1973), que é definida como a ideia de que o aprendizado é mais efetivo quando o novo conhecimento é relacionado a conceitos já existentes na estrutura cognitiva do estudante. Para que uma aprendizagem seja significativa, ela precisa estar conectada com as experiências, conhecimentos prévios e interesses do aluno.

Essa teoria reforça a importância da relação entre o aluno e o professor, que deve estar baseada na confiança, respeito e colaboração mútua, para que o processo de aprendizagem seja efetivo. Busca tornar o processo de ensino mais atrativo e envolvente, possibilitando que o aluno compreenda e aplique os conhecimentos de forma prática e relevante para sua vida (Pavão e Pavão, 2023).

Há também a teoria da mediação pedagógica, baseada em Bruner (1976), consiste em uma abordagem que propõe que o professor atue como mediador no processo de aprendizagem do estudante, a fim de promover a construção do conhecimento de forma significativa e autônoma. Atender às necessidades específicas dos estudantes com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento, que muitas vezes apresentam dificuldades em acessar o conhecimento de forma autônoma.



Nesse sentido, o professor do AEE deve ser capaz de identificar as necessidades educacionais dos estudantes, considerando suas características individuais, e propor atividades que possam mediar o processo de aprendizagem. Essas atividades podem envolver a utilização de recursos didáticos específicos, o trabalho em grupos, o uso de tecnologias assistivas, entre outras estratégias (Pavão e Pavão, 2023).

Essas são algumas teorias atualmente utilizadas no AEE segundo a literatura, visto que, no ordenamento jurídico não há normativa federal de abordagens teóricas específicas para o exercício do AEE, havendo assim abordagens metodológicas diversas utilizadas nas redes de ensino. Ocorre a partir da prática e das filiações teóricas dos professores do AEE e da equipe escolar.

Figura 4. Infográfico das abordagens teóricas

➤ **Abordagens**

Cognitivista, Sociocultural e Construtivista;

➤ **Autores**

Piaget, Vygotsky, Ausubel e Bruner;

➤ **Teorias**

Epistemologia Genética, Sociointeracionismo, Teoria da Aprendizagem Significativa e Teoria da Mediação Pedagógica;

➤ **Metodologias**

• **Epistemologia Genética:**

ensino baseado em problemas, no ensaio e no erro, na investigação e na pesquisa.

• **Sociointeracionismo:**

professor é um mediador que conduz o processo de ensino e aprendizagem. A relação professor-aluno deve ser horizontal considerando ambos como sujeitos do ato de conhecimento.

• **Teoria da Aprendizagem:**

o estudante é o centro do processo de ensino e aprendizagem.

• **Teoria da Mediação Pedagógica:**

valoriza aspectos afetivos (atitude) com ênfase na auto-avaliação.

O Atendimento Educacional Especializado e às Intervenções Teóricas

9. Educação Terapêutica

A Educação Terapêutica surgiu na França, na metade do século XX. Chegando ao Brasil no início do século XXI por meio de nomes como Maria Cristina Kupfer, que contribuiu significativamente para a criação de estratégias de inclusão escolar para crianças com necessidades educacionais específicas, especialmente aquelas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A Educação Terapêutica apresenta uma intersecção entre a Psicanálise e a Educação, fundamentada especialmente na ideia de uma educação inclusiva psicanaliticamente orientada.

Conforme nos explica Kupfer (1995, p.22), “é um conjunto de práticas interdisciplinares de tratamento, com especial ênfase nas práticas educacionais, que visa à retomada do desenvolvimento global da criança ou à retomada da estruturação psíquica interrompida”. É um tipo de intervenção junto a estudantes com problemas globais do desenvolvimento que propõe para esse alunado, com transtornos graves, primeiramente, um lugar na escola.



AUDIODESCRIÇÃO: A imagem é uma ilustração em tons de cinza e amarelo, com um estilo de desenho simples e traços delicados. Mostra uma mulher rodeada de outras três pessoas a quem mostra algo que está segurando nas mãos. Ao redor da imagem, há ícones de troféu, laptop, livro e chapéu (chapéu de formatura), o que nos leva a interpretar que esta mulher seria uma professora, ministrando uma aula.

Na história existem diversos exemplos de avanços e retrocessos na educação especial. Houve um tempo, em que a escolarização, era reduzida ao treinamento, sendo supostamente controlável e previsível, podendo incorrer a ideia de normatização, uma vez que se parte do pressuposto de que o quadro psicopatológico é balizador das intervenções, esclarecendo e orientando o docente. Em que a principal proposta educacional é pensada como reabilitação, e a prática pedagógica é tomada como aplicação de metodologias comportamentalistas (Mörschbächer, 2017).

Fazendo frente a esta realidade, surgiram novas perspectivas e concepções sobre o ato educativo, a exemplo da educação inclusiva e educação terapêutica. Neste sentido, a educação terapêutica, não fica restrita aos aspectos pedagógicos, mas estende-se a toda humanização, imersão na linguagem e na cultura da qual faz parte. Dessa forma, assinala-se a educação como experiência capaz de possibilitar um tempo e um espaço onde a prioridade é o sujeito-aluno, não a técnica, o cientificismo. (Kupfer, 2007).

A Educação Terapêutica foi estruturada para fazer face aos problemas absolutamente cruciais enfrentados pelos profissionais envolvidos com o tratamento e com a escolarização das crianças de nosso tempo, nas escolas de nosso tempo.

As crianças mudaram e a escola não acompanhou o ritmo dessas mudanças. Dentre essas mudanças – e há muitas –, destaco a criação de uma nova categoria nosográfica psiquiátrica: o espectro autista, que inclui hoje as denominações de autismo e de psicose infantil. O espectro autista assombra os pais modernos, preocupados com o crescimento alarmante das estatísticas em torno do autismo.

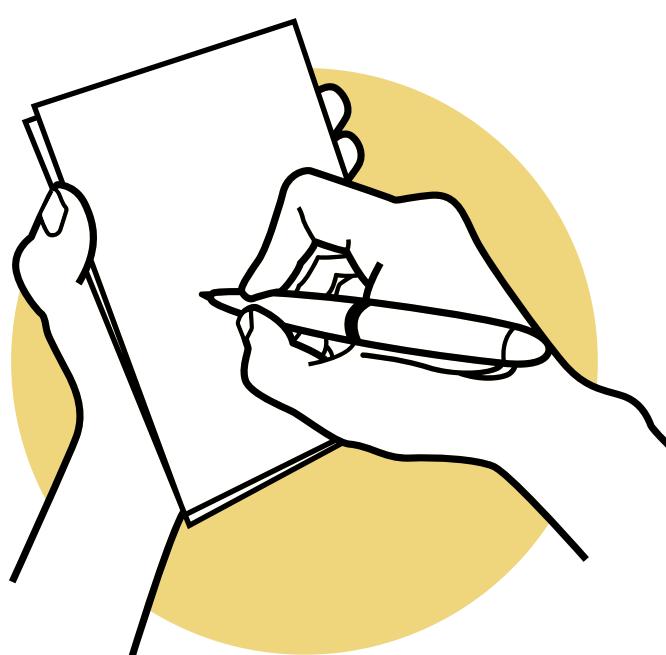
Em resposta a esse fenômeno de massa, a escola de nossos dias busca ser inclusiva, supondo que bastará incluir ou pôr para dentro de seus muros uma ou outra criança diferente, quando se trata, ao contrário, de produzir profundas e estruturais mudanças, que permitam a introdução da noção de diferença em seu fundamento educativo.

A Educação Terapêutica, a partir dessa compreensão, é uma tentativa de resposta às mudanças urgentes que precisam ser introduzidas no tratamento do tema da inclusão de crianças/adolescentes/jovens autistas e psicóticas (Kupfer, 2010).

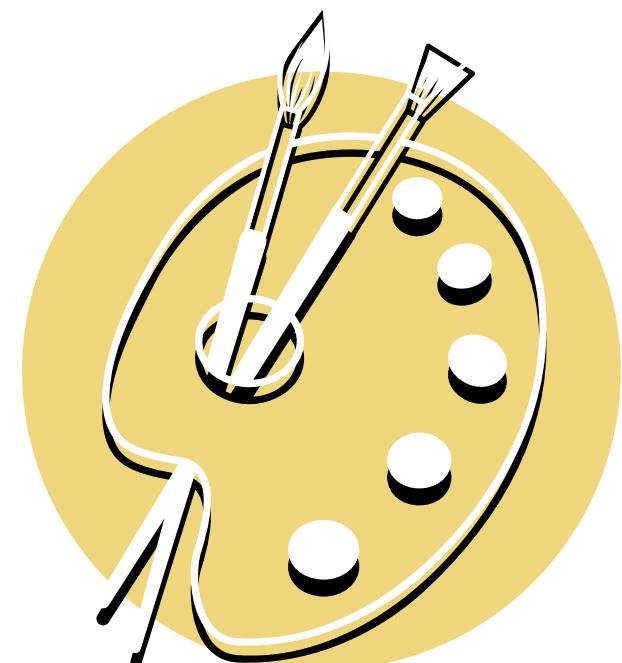
Nesta modalidade de trabalho, a intervenção substitui a interpretação, e será um instrumento a ser manejado por todos os profissionais que trabalham com esses estudantes. O ato analítico é o norte das intervenções educativas. Entre as intervenções realizadas sob o prisma da educação terapêutica para os jovens com deficiência, podemos destacar a heterogeneidade nos grupos, atividades artísticas/criadoras e atividade de escrita, que serão exploradas mais adiante por meio de propostas interventivas.



AUDIODESCRIÇÃO: A imagem é uma ilustração em silhueta preta de cinco pessoas em pé, lado a lado, com os braços erguidos em sinal de celebração.



AUDIODESCRIÇÃO: A imagem é uma ilustração em linha preta mostrando um par de mãos segurando uma folha de papel e uma caneta, em um ato de escrita.



AUDIODESCRIÇÃO: A imagem é uma ilustração em linha preta de uma paleta de pintura com vários pontos de tinta circulares e dois pincéis deitados sobre ela.

A convivência em grupo pode desencadear os processos de identificação e a busca pela identidade, esta última busca uma consistência imaginária, uma unificação, e tende a excluir o que é considerado diferente do traço de identidade de um grupo.

A exclusão é estrutural nos processos grupais, na tentativa de homogeneizar e não lidar com a diferença, por isso as tensões estarão sempre presentes nos contextos sociais, como nas escolas. Portanto, avanços e retrocessos farão parte dos desafios às ações inclusivas (Kupfer e Costa, 2021).

Os ateliês também são práticas sociais realizadas na perspectiva da educação terapêutica, neles se propõe uma participação dos estudantes nas produções culturais humanas, ao mesmo tempo em que se oferece um espaço de trabalho em que a ênfase não está na interpretação do transtorno, mas na "socialização do discurso" (Rigo, 2022).

Conforme nos explica Mannoni (1986) trata-se, para a criança ou adolescente, de um jogo ao redor deste lugar que lhe é proposto; jogo que pode comportar toda a seriedade de um trabalho de criação, de exploração de novas vias que se oferecem a ela.

Sua participação em uma prática social, em uma atividade humana, pode ser por ela colocada em questão usando o seu próprio estilo, sua própria história, declinando-a de modo singular. Demonstrando a importância da arte e da cultura como práticas terapêuticas e educacionais no atendimento a estudantes com necessidades educacionais específicas.

A aquisição da escrita propicia a subjetivação. Ao aprender a escrever o estudante constrói a escrita e a si mesmo, promove uma maior organização psíquica, tendendo a ocorrer uma diminuição da agitação motora. Tais práticas devem ser sustentadas pelo educador sem que ele se coloque no lugar de modelo identificatório, deve escutar o aluno-sujeito e por outro lado, fazer cessar a intervenção educativa quando necessário.

Neste sentido, propomos pensar o fazer pedagógico a partir de uma orientação que tome o estudante como sujeito e esteja atenta à singularidade que se impõe a cada um no ambiente educacional.

Diante de tantas possibilidades de atuação e considerando o aspecto dinâmico do AEE, é imprescindível a formação continuada dos profissionais da educação, em especial, aqueles que lidam diretamente com os estudantes com necessidades específicas.

A LDB também em seus incisos X e XI, exige do poder público a formação inicial e continuada de professores regentes, professores do atendimento educacional especializado, tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio.

Além da formação inicial, deve haver formação continuada para ambos os profissionais, em razão da diferença em si de cada indivíduo, novas metodologias e tecnologias de ensino, dentre outros desafios exigem o aprimoramento contínuo desses profissionais.

Ao considerar o público-alvo da educação especial, as políticas educacionais vigentes, se furtam em discutir questões mais abrangentes da formação integral desses estudantes, que além de permitir a acessibilidade do currículo por meio de materiais e recursos tecnológicos, devem também fomentar o pensamento crítico, reflexivo e político, bem como, o desenvolvimento social e relacional deles.

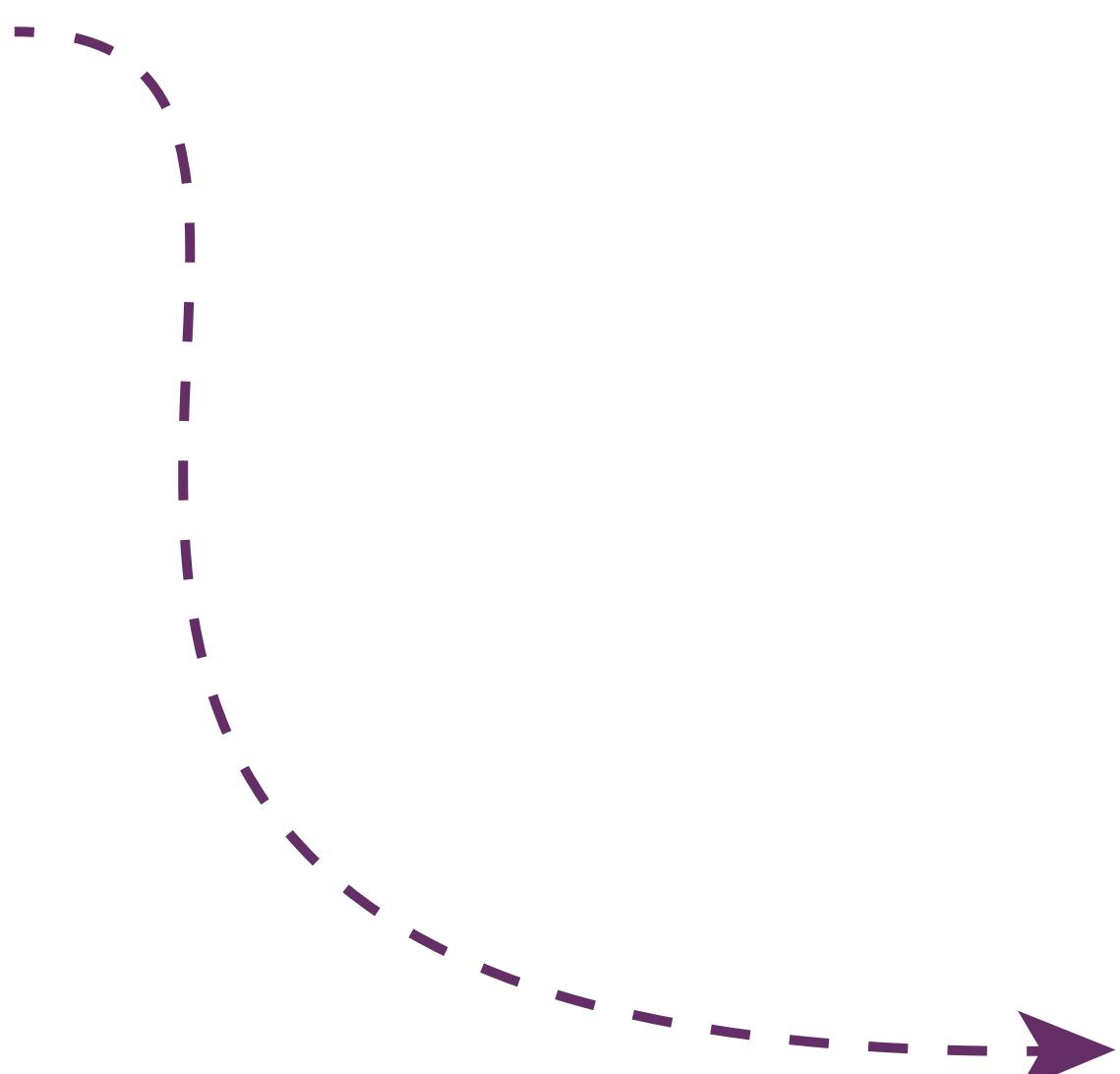
O discurso da educação especial deve estar orientado à real inclusão e emancipação desses sujeitos. A EPT precisa ser via para a autonomia e autorrealização das pessoas com deficiência, que por meio de uma formação omnilateral e de sua inserção no mundo do trabalho, poderão se tornar agentes de transformação social.

Educação Terapêutica

10. Considerações Finais

O presente material, não tem pretensão de esgotar em toda sua complexidade o tema do Atendimento Educacional Especializado (AEE), principal serviço da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, buscou apontar caminhos para uma atuação educacional dentro dos espaços formais de aprendizagem mais eficaz, que melhor comprehenda a questão em seus pilares teóricos e normativos fundamentais, superando a exclusão, bem como, atuações desordenadas individuais e repetitivas, com maior intensionalidade, trabalhando o sujeito-aluno para além de sua deficiência ou diagnóstico.

Do mesmo modo, a partir da valorização das singularidades de cada sujeito e do conhecimento a respeito de aspectos funcionais dos diferentes modos de ser e estar no mundo, cabe aos entes públicos e as instituições educacionais ter especial atenção às barreiras identificadas nos contextos da educação formal e atuar para que sejam eliminadas.



Considerações Finais

11. Proposta Interventiva

11.1 Grupos Heterogêneos¹

Objetivos Gerais

- Fornecer subsídios práticos para guiar um trabalho voltado à inclusão de estudantes com deficiência;
- Proporcionar momentos de escuta e interação social entre os estudantes, que permita o desenvolvimento de habilidades socioemocionais por meio da Educação Terapêutica;
- Permitir a identificação de obstáculos para uma efetiva aprendizagem e construção de alternativas para superá-los.

Referencial Teórico

- Grupos Heterogêneos: ancorada na perspectiva da educação terapêutica, que articula referenciais da psicanálise e da educação, parte-se do pressuposto de que o encontro entre jovens, mediado por intervenções e provocações de adultos, pode produzir efeitos terapêuticos, procura-se que no grupo convivam jovens que se encontram em diferentes posições, tanto subjetivas quanto discursivas. É importante lembrar que os estudantes com necessidades específicas em sua grande maioria possuem deficiências que podem apresentar comprometimento físico, sensorial, intelectual e mental que perpassa questões de autoestima, aceitação, estigmas o que acaba por afetar seu processo de aprendizagem (Lavrador, 2017).

Possibilidades de aprendizagens

- A atividade proposta oportuniza a interação social, raciocínio lógico, percepção visual e atenção, permite trabalhar regras de grupo e reflexão crítica.

Intervenção 1: Grupos Heterogêneos			
Tempo	Estrutura	Etapas	Tipo de atividade
5'	Apresentação dos integrantes do grupo	Apresente os objetivos da atividade e conduza a apresentação do grupo.	Exposição
5'	Combinados	<p>Informe sobre os combinados para o encontro, em que será necessário:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tempo de qualidade: que estejam de corpo e mente presentes, que evitem o uso de aparelho celular que possa tirar sua atenção por exemplo; • Participação ativa: envolver-se na atividade proposta e colocar suas dúvidas e opiniões; • Confiança e respeito: acolher a fala do outro, apoando-se mutuamente e guardar sigilos das falas dos participantes, uma vez que podem surgir questões íntimas. 	Exposição
30'	Atividade de identificação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apresente os bonecos articulados e peça aos estudantes que façam uma observação sobre o objeto e prossiga provocando os estudantes a expressarem o que eles acham que essas observações podem ser. 2. Incentive-os a fundamentar sua percepção relacionando-a com conhecimentos prévios. 3. Os estudantes deverão responder o que pensaram em uma sequência lógica: <p>3.1 – Eu vejo..., (com base no que vejo,) 3.2 – Eu penso que..., / (com base no que vejo e penso,) 3.3 – Eu pergunto se... ou imagino se...?".</p>	Prática de visualização
5'	Fechamento	Peça para que os participantes compartilhem uma palavra ou frase inspiradora para alimentar o desejo do grupo por uma educação mais inclusiva. Peça para que avaliem o encontro.	Avaliação

1 https://pz.harvard.edu/sites/default/files/See%20Think%20Wonder_4.pdf

Grupos Heterogêneos

11.2 Atividade Artística

Referencial Teórico

- Ateliês: São práticas sociais realizadas que propõe uma participação dos estudantes nas produções culturais humanas, ao mesmo tempo em que se oferece um espaço de trabalho em que a ênfase não está na interpretação do transtorno mas na "socialização do discurso". Comporta toda a seriedade de um trabalho de criação, de exploração de novas vias que se oferecem a ela. Sua participação em uma prática social, em uma atividade humana, pode ser por ela colocada em questão usando o seu próprio estilo, sua própria história, declinando-a de modo singular. Demonstrando a importância da arte e da cultura como práticas terapêuticas e educacionais no atendimento a estudantes com necessidades educacionais específicas (Vasconcello, 1998).

Possibilidades de aprendizagens

- A atividade promove o desenvolvimento da criatividade, representação, linguagem, estimula os movimentos dígi-to-manais e exploração visual e táctil.

Intervenção 2: Atividade Artística

Tempo	Estrutura	Etapas	Tipo de atividade
25'	Trabalho de Criação	Peça aos integrantes do grupo que produzam uma pintura em tela sobre algo ou algum assunto que é do seu interesse. Disponibilize os materiais necessários.	Atividade Artística
15'	Apresentação Artística	Peça para que os participantes apresentem suas criações e quais as inspirações utilizadas.	Exposição
5'	Fechamento	Peça para que avaliem o encontro	Avaliação

Atividade Artística

11.3 Atividade de Escrita

Referencial Teórico

- Atividade de Escrita: a escrita permite a passagem da posição de leitor para autor, a elaboração própria torna visível o saber pensar, partindo dos conhecimentos prévios do estudante, do senso comum, permitindo a elaboração do ambiente imprescindível de sujeito, para que assim acesse o conhecimento sistematizado disponível. A capacidade de escrever, redigir, formular, possibilita o alcance do questionamento sistemático, cultivando o espírito crítico, dando forma a elaboração própria, através da qual o sujeito começa a ganhar expressão, contorno, deixando para trás a condição de objeto. Ler a realidade de maneira crítica, implica saber intervir na realidade concreta, trata-se de reconstruí-la, nesse sentido, vale evocar a premissa da pesquisa como princípio educativo, o que acaba por promover uma legítima aprendizagem (Pinto, Legnani e Munhoz, 2025).

Possibilidades de aprendizagens

- Entendendo que o processo de escrita é também uma experiência subjetiva, e considerando a função da linguagem na constituição do sujeito, sobretudo de estudantes com transtornos globais do desenvolvimento, a atividade proposta permite estimular o desenvolvimento linguístico, facilitar o processo de aproximação da sua realidade familiar e social, além de valorizar os sentimentos, desejos e manifestações da vida afetiva.

Intervenção 3: Atividade de Escrita			
Tempo	Estrutura	Etapas	Tipo de atividade
20'	Socialização	<p>Em um quadro branco desenhe uma bússola, identifique cada extremidade com os pontos cardeais (L,O,N e S). Peça para que coletivamente pensem considerando a instituição na qual estudam, fatores que consideram:</p> <p>L = Leste (L ou E) significa o que é Legal ou Excitante O = Oeste significa o que é um Obstáculo ou uma preocupação N = Norte significa o que é Necessário saber mais S = Sul significa o que pode ser uma Sugestão para avançar</p> <p>Conduza a discussão de modo a gerar construções coletivas, críticas e propositivas.</p>	Discussão em grupo
15'	Escrita	Distribua folhas de ofício e lapiseiras aos participantes, peça para que reflitam sobre suas metas pessoais e acadêmicas, depois peça para que produzam um texto sobre as questões suscitadas.	Atividade Individual
5'	Socialização	Estimule os participantes a socializarem suas metas.	Exposição
5'	Fechamento	Peça para que avaliem o encontro.	Avaliação

Atividade Escrita

Proposta Interventiva

12. Perguntas e Respostas

P.1 Qual é o termo correto para se referir à pessoa com deficiência?

O termo a ser utilizado para se referir a alguém com deficiência é pessoa com deficiência ou, na forma abreviada, PCD, como definido pela Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (ONU, 2006).

P.2 A escola regular pode impor alguma condição para matricular o aluno em razão da sua deficiência?

Não. A Constituição Federal de 1988 reconheceu a educação como direito fundamental, garantindo a todas as pessoas, com deficiência ou não, o direito de acesso incondicional à escola comum.

P.3 A escola pode recusar matrícula de estudante com deficiência sob alegação de que já existem outros alunos com deficiência matriculados na mesma turma?

Não. A recusa de matrícula pela escola, pública ou privada, sob o argumento de que já existem outros alunos com deficiência matriculados na mesma turma também não encontra amparo na legislação e poderá resultar em infrações jurídicas.

P.4 Os pais são obrigados a matricular os filhos com deficiência na escola regular?

Sim. A educação básica, dos 04 aos 17 anos de idade, é dever do Estado e da família.

P.5 Educação inclusiva e educação especial são a mesma coisa?

Não. A educação inclusiva é a que garante a todas as pessoas, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, por motivo de deficiência ou qualquer outro, o acesso à escola e as mesmas oportunidades de se desenvolver, de se preparar para o exercício da cidadania e de se qualificar para o trabalho. Educação especial é uma das modalidades de ensino prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996).

P.6 O que se comprehende por educação especial na perspectiva da educação inclusiva?

A educação especial na perspectiva da educação inclusiva tem como objetivo assegurar a plena inclusão escolar de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular com participação; acesso ao currículo e continuidade nos níveis mais elevados do ensino. É aquela que institucionaliza e oferece, na escola regular, o Atendimento Educacional Especializado para identificação e eliminação de barreiras.

P.7 É possível retirar o aluno da sala durante o horário de aula regular para atendimento na sala de recursos multifuncionais, em vez de atendê-lo no contraturno, substituir a aula do ensino comum pelo atendimento na sala de recursos multifuncionais ou ainda utilizar o momento nessa sala para reforço escolar?

Não, todas essas ações contrariam as diretrizes operacionais do atendimento educacional especializado estabelecidas pela Resolução nº 04/2009 do Conselho Nacional de Educação.

P.8 O estudante é obrigado a frequentar o atendimento educacional especializado (aee) só porque é pessoa com deficiência?

Não. O AEE é um direito do público-alvo da educação especial e, quando, após estudo de caso (avaliação pedagógica ou transdisciplinar), for constatada a sua necessidade, o aluno deverá ser matriculado no AEE, conforme estabelece o art. 1º da Resolução nº 04/2009 do CNE.

P.9 Qual a função do profissional de apoio/acompanhante especializado?

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão, em seu art. 3º, inciso XIII, o profissional de apoio escolar é "a pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas".

P.10 Há previsão legal que estabeleça que o serviço prestado pelo profissional de apoio/acompanhante especializado será exclusivo a somente um aluno?

Não. Inexiste dispositivo legal que obrigue a disponibilização de um profissional de apoio exclusivo que atenda de forma individualizada a cada estudante.

Perguntas e Respostas

Referências

AUSUBEL, David. Paul. Algunos aspectos psicológicos de la estructura del conocimiento. Buenos Aires: El Ateneo, 1973.

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. Revista Educação em Questão, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, maio/ago. 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Diário Oficial da União, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>. Acesso em: 27 abr. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em:
[<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf). Acesso em: 08 jul. 2024.

Brasil. Conselho Nacional do Ministério Público. Manual de atuação do Ministério Público em defesa da educação especial na perspectiva da educação inclusiva / Conselho Nacional do Ministério Público. - 1. ed. - Brasília: CNMP, 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. Nota Técnica - SEESP/GAB/Nº 11/2010. Orientações para a institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares. Brasília. 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9937-nota-tecnica-11-2010&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 21 nov. 2024.

BRASIL. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 08 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Estabelece as diretrizes e bases da educação brasileira. Brasília, DF.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRUNER, Jerome. Uma Nova Teoria da Aprendizagem. Bloch Ed, 1976.
CARNEIRO, Moacir Alves. Educação profissional para pessoas com deficiência: cursos e programas inteligentes. Brasília: Instituto Interdisciplinar de Brasília, 2005.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal na pedagogia social. In: Proceedings of the 1. I Congresso Internacional de Pedagogia Social, 2006, São Paulo (SP) [online]. 2006 [cited 31 March 2009].

KUPFER, Maria Cristina. O sujeito na psicanálise e na educação: bases para a educação terapêutica. Educ. Real., Porto Alegre , v. 35, n. 01, p. 265-281, abr. 2010 . Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-31432010000100016&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 03 dez. 2025.

KUPFER, Maria Cristina Machado. Educação para o futuro: psicanálise e educação. São Paulo: Escuta, 2007.

KUPFER, Maria Cristina Machado. In: Freud e a educação. Psicanálise e Educação: uma transmissão possível. REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA DE PORTO ALEGRE / Associação Psicanalítica de Porto Alegre. - nº 16,1999. - Porto Alegre: APPOA.dez anos depois. Absorveu: Boletim da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. 1995.

KUPFER, Maria Cristina Machado. LAJONQUIÈRE, Leandro de. A educação terapêutica e a inclusão escolar de crianças psicóticas e autistas. Psicanálise implicada: educar e tratar o sujeito, 2016.

LAVRADOR, Marina Belém; MERLETTI, Cristina Keiko Inafuku. Grupos heterogêneos de Educação Terapêutica: efeitos entre crianças e a emergência do prazer compartilhado e da interação social em um caso de autismo. Estilos da Clínica, v. 22, n. 3, p. 540-555, 2017. Disponível em:<https://revistas.usp.br/estic/article/view/136710/147070>. Acesso em 04. abr. 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér, Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como Fazer? São Paulo: Editora Moderna, 2003.

MENEGHINE, Nathalia. Plano de AEE, PEI ou PDI? Veja a diferença entre eles. 2024. Disponível em: <https://diversa.org.br/noticias/plano-de-aee-pei-ou-pdi-entenda-a-diferenca-entre-eles/>. Acesso em 20, dez. 2024.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 2014.

OBSERVATÓRIO DA EPT. Conhecendo a Educação Profissional e Tecnológica. 2025. Disponível em: <https://observatorioept.org.br/sobre-ept>. Acesso em: 27 abr. 2025

.ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Nova Iorque, 2006. Disponível em: [inserir o link aqui]. Acesso em: 14 maio 2025.

OMOTE, Sadao. Classes especiais: comentários à margem do texto de Torezan & Caiado. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 6, n. 01, p. 43-64, 2000.

VASCONCELLO, Flavia. Ateliê: lugar de criação. Estilos da Clínica, v. 3, n. 5, p. 51-55, 1998. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71281998000200007. Acesso em: 08 jan. 2025.

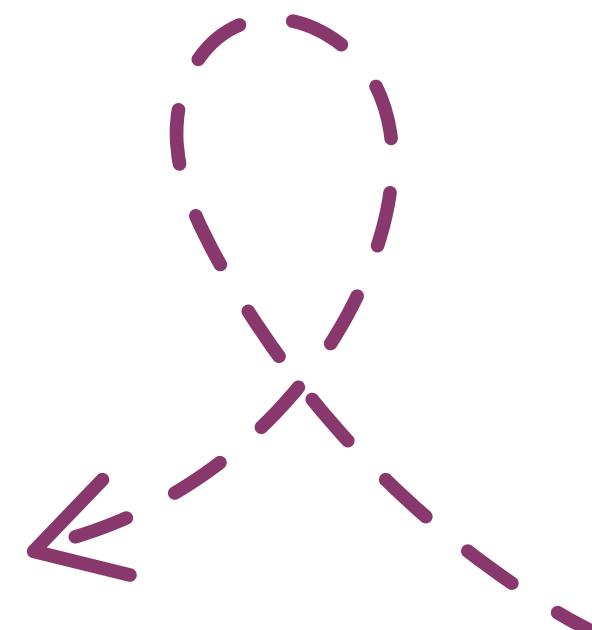
VIDOI, Lilian. Cristiane. Educação Especial. São Bernardo, 2014. Disponível em: <https://slideplayer.com.br/slide/1476170/>. Acesso em: 14 maio. 2025.

VYGOTSKI, Levy Semionovitch. Fundamentos da defectologia. Obras Escogidas. Madrid: Visor, 1997.

VYGOTSKY, Lev. Semyonovich. Interação entre aprendizagem e desenvolvimento (M. Lopez-Morillas, Trad.). Em M. Cole, V. John-Steiner, S. Scribner, & E. Souberman (Eds.), Mente na sociedade: O desenvolvimento de processos psicológicos superiores (pp. 79-91). Cambridge, MA: Harvard University Press. 1978.

Referências

Glossário



Alienação - desconexão com o trabalho, o trabalhador se torna estranho ao produto de seu trabalho.

Artífice - operário ou artesão habilidoso em trabalhos manuais.

Escola Unitária - proposta de educação que busca superar a divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho manual.

Heterogeneidade - qualidade ou estado de ser heterogêneo, ou seja, ser composto por partes, elementos ou características diferentes.

Omnilateralidade - abordagem pedagógica que busca a formação humana integral e completa, em oposição à formação unilateral fragmentada do capitalismo.

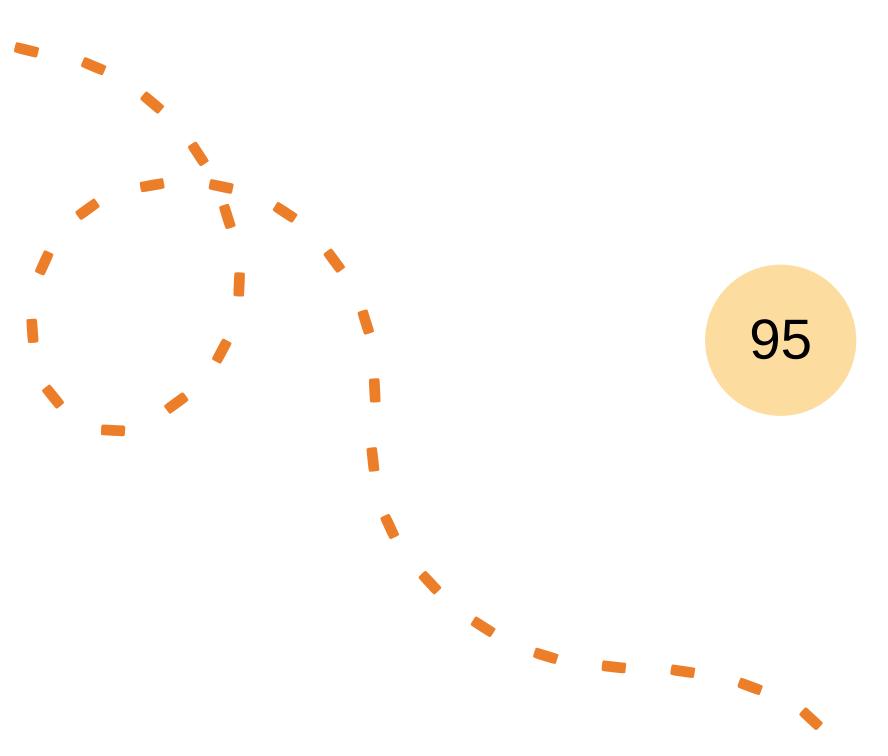
Paradigma - um exemplo que serve como modelo ou padrão.

Politecnia - educação integrada que une o trabalho manual e intelectual, a teoria e a prática, visando a formação humana integral e crítica.

Psicopatológico - estudo, descrição e compreensão dos transtornos mentais.

Superdotação - é uma condição de neurodesenvolvimento que indica um potencial elevado em áreas como inteligência, criatividade, liderança ou artes, não se limitando à inteligência acadêmica

Tecnologias Assistivas - são todos os recursos, produtos, estratégias e serviços que visam promover autonomia, independência e inclusão para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, melhorando sua funcionalidade e qualidade de vida.



Sobre os autores

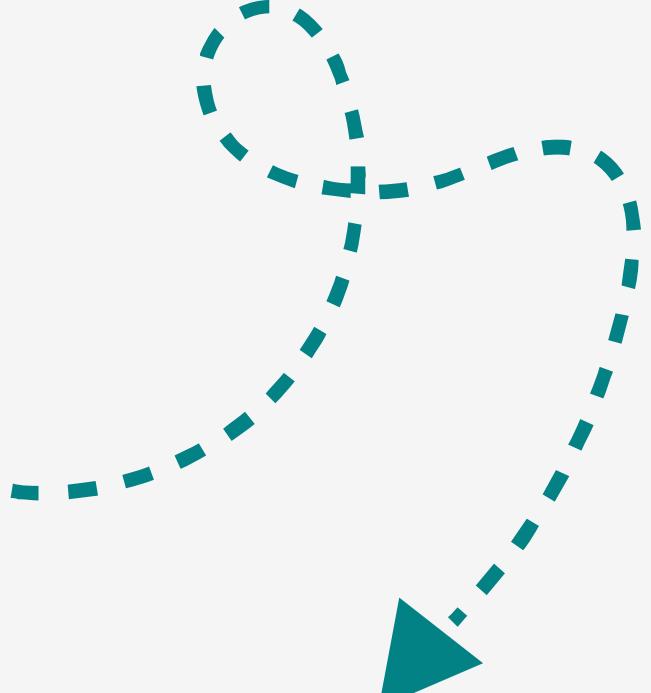


Sabrina Mirelly Alves Pereira
Autora

AUDIODESCRIÇÃO: A imagem mostra um recorte circular de uma foto de rosto de uma mulher jovem, com pele clara e cabelos escuros, aparentemente ondulados, que caem sobre os ombros. Ela veste uma blusa ou casaco cor-de-rosa claro e usa brincos de argola dourados. A mulher está sorrindo levemente e olhando para a frente. O fundo da imagem é um tom claro e liso.

Mestra em Educação Profissional e Técnológica (2025) pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE). Graduada em Psicologia (2022) pelo Centro Universitário Paraíso. Tem como abordagem psicológica a psicanálise. Servidora pública, atualmente atua como analista educacional em psicologia na Gerência Regional de Educação do Sertão Central, Salgueiro, Pernambuco.





Francisco Kelsen de Oliveira **Orientador**

AUDIODESCRIÇÃO: A imagem é um recorte circular de um homem jovem, de pele clara, cabelo curto e escuro. Ele usa óculos de armação preta retangular e uma camisa social clara, possivelmente azul-claro ou cinza. Ele sorri levemente, mostrando os dentes, e olha diretamente para a frente. O fundo é desfocado, em tons claros.

Doutor em Ciência da Computação (2017) pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em Computação Aplicada (2010), Especialista em Gestão de Projetos (2012) e graduação em Licenciatura em Matemática (2007) pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Especialista em Tutoria em Educação a Distância (2014) pela Universidade Cândido Mendes (UCAM), Bacharel em Sistemas de Informação (2014) pela Universidade Estácio de Sá (UNESA) e Técnico em Informática (2012) pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Atualmente é professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico dos cursos de Ensino Médio Integrado (EMI) em Técnico de Informática, de graduação de Tecnologia em Sistemas para Internet e do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) e das Especializações de Metodologias do Ensino de Línguas, de Ensino de Ciências da Natureza e Matemática e de Pós-Colheita de Produtos Hortifrutícolas, todos oferecidos pelo IFSertãoPE. Está como editor adjunto do periódico científico Semiárido De Visu.

Sobre os autores

Instituto Federal do Sertão Pernambucano
Rodovia BR 232, Km 504, sentido Recife, Salgueiro-PE, 56000-000
E-mail: editora@ifsertao-pe.edu.br
www.ifpi.edu.br

